



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

JULLY ALVES CAVALCANTE

A solidão da mulher negra no Brasil e o debate no Serviço Social

Brasília - DF
Novembro de 2025

JULLY ALVES CAVALCANTE

A solidão da mulher negra no Brasil e o debate no Serviço Social

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Doutora Anabelle Carrilho

Brasília – DF

Novembro de 2025

JULLY ALVES CAVALCANTE

A solidão da mulher negra no Brasil e o debate no Serviço Social

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Data da aprovação: DD/MM/AAAA

Anabelle Carrilho da — Orientadora
Professora do Departamento de Serviço Social (UnB)

Isabela Ramos
Professora do Departamento de Serviço Social (UnB)

Lucélia Luiz Pereira
Professora do Departamento de Serviço Social (UnB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo incentivo aos estudos, em especial ao meu pai, Cavalcante, que desde sempre apostou que eu seria brilhante e uma excelente profissional na área que eu escolhesse, que vibrou desde o primeiro dia de aula no prezinho até o primeiro dia de aula na faculdade.

Agradeço a minha vó Valdivina, mulher negra, guerreira, que criou filhos e netos de maneira magnífica, inclusive eu. Agradeço a minha mãe Darci e minhas tias por serem mulheres fortes e passarem isso para mim. Agradeço aos meus irmãos pelo cuidado e proteção.

Agradeço ao meu amor, Abel Keven, por ser meu porto seguro em todos os momentos. Agradeço aos nossos lindos gatos Braulio, Fumaça, Wiska e Taylor que ficaram ao meu lado e foram meu alívio durante o momento de escrita.

Agradeço principalmente à minha orientadora de TCC, Doutora Annabelle Carrilho da Costa, professora diva maravilhosa, que condicionou esta pesquisa de forma leve e tranquila, prestando todo seu apoio e conhecimento para a materialização do estudo sobre a solidão da mulher negra no Brasil. Agradeço também às professoras Isabela e Lucélia, que se disponibilizaram para fazer parte da banca, somando e auxiliando nesse momento tão especial da minha formação.

Agradeço aos meus professores desde o ensino fundamental I ao ensino superior, principalmente na rede pública de ensino, pois apesar do desmonte da política de educação pública e das adversidades não hesitaram em compartilhar da melhor forma o ensino e leitura de mundo para os alunos.

Agradeço às minhas amigas queridas e amadas que sempre me apoiaram e deixam minha vida mais leve. Agradeço também aos meus amigos queridos do Serviço Social, os sesoamigos, na Universidade de Brasília, que passaram por essa jornada junto a mim e dividiram vários momentos.

Agradeço a todas as autoras que se debruçaram para debater sobre a solidão da mulher negra em vários âmbitos da vida social, rompendo com a lógica eurocêntrica de conhecimento, desvelando as estruturas de opressão e dominação.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a solidão da mulher negra no Brasil e o debate no Serviço Social. Materializou-se por meio de pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica sobre a temática: solidão da mulher negra no Brasil nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, com enfoque principal para a análise do Serviço Social. Para a realização da pesquisa deu-se a investigação de rebatimentos históricos que acarretam na solidão da mulher negra, como a colonização, a intersecção de raça, gênero e classe, além da própria categorização do que é essa solidão. Foram utilizadas obras de pensadoras feministas negras, como Lélia Gonzalez, Cida Bento, Beatriz Nascimento, bell hooks, Márcia Campos Eurico, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, entre outras, para abarcar o debate sobre a condição das mulheres negras. Posteriormente foi analisada a aproximação do Serviço Social no Brasil com os movimentos antirracistas e feministas e a trajetória do movimento feminista negro brasileiro dentro de uma estrutura racista e sexista. Consecutivamente, foi realizada análise das produções científicas com a temática sobre a solidão da mulher negra nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, levantadas em bases científicas online, no mês de maio de 2025. Foram selecionadas 33 obras inicialmente, após refinamento subsequente foram analisadas 11 obras, sendo das áreas de Ciências Sociais e Humanas: Sociologia, Serviço Social, Psicologia, Direito e Artes Cênicas. Após compreensão do que as áreas do conhecimento estão discorrendo sobre a solidão da mulher negra, foi realizada análise comparativa para distinguir a visão do Serviço Social sobre a temática em comparação às outras áreas. Concluiu-se, a partir dos resultados, que as áreas das Ciências Humanas e Sociais analisam a solidão da mulher negra principalmente no contexto afetivo-sexual, considerando a intersecção de raça e gênero, tendo algumas obras que dão enfoque na discussão LGBTQIAPN+, na saúde mental e na área jurídica. A perspectiva do Serviço Social para com a temática considera a solidão da mulher negra para além do âmbito afetivo, sendo localizada no mercado de trabalho, no encarceramento delas, nas expressões da questão social, na questão racial, no sexismo e na política de extermínio do Estado.

Palavras-chave: Solidão da mulher negra; Interseccionalidade; Racismo; Gênero; Serviço Social.

ABSTRACT

This study aims to analyze the loneliness of black women in Brazil and the debate in Social Work. It was carried out through qualitative research and a literature review on the theme: loneliness of black women in Brazil in the areas of Humanities and Social Sciences, with a main focus on the analysis of Social Work. The research investigated historical repercussions that lead to the loneliness of black women, such as colonization, the intersection of race, gender, and class, in addition to the categorization of what this loneliness is. Works by black feminist thinkers such as Lélia Gonzalez, Cida Bento, Beatriz Nascimento, bell hooks, Márcia Campos Eurico, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, among others, were used to cover the debate on the condition of black women. Subsequently, the approach of Social Work in Brazil to anti-racist and feminist movements and the trajectory of the Brazilian black feminist movement within a racist and sexist structure were analyzed. Consecutively, an analysis of scientific productions on the theme of black women's loneliness in the areas of Humanities and Social Sciences was carried out, collected from online scientific databases in May 2025. Initially, 33 works were selected, and after subsequent refinement, 11 works were analyzed, from the areas of Social and Human Sciences: Sociology, Social Work, Psychology, Law, and Performing Arts. After understanding what the areas of knowledge are saying about the loneliness of black women, a comparative analysis was carried out to distinguish the view of Social Work on the theme in comparison to other areas. Based on the results, it was concluded that the areas of Humanities and Social Sciences analyze the loneliness of black women mainly in the affective-sexual context, considering the intersection of race and gender, with some works focusing on the LGBTQIAPN+ discussion, mental health, and the legal area. The perspective of Social Work on the theme considers the loneliness of black women beyond the affective sphere, locating it in the labor market, in their incarceration, in expressions of social issues, in racial issues, in sexism, and in the state's policy of extermination.

Key-words: Loneliness of black women; Intersectionality; Racism; Gender; Social Work.

LISTA DE TABELAS

Tabela A – Quadro de artigos científicos encontrados

Tabela B – Quadro de dissertações encontradas

Tabela C – Quadro de teses encontradas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações ...
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e o + para outras identidades não mencionadas
MIR	Ministério da Igualdade Racial
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - SOLIDÃO DA MULHER NEGRA: CONTEXTO HISTÓRICO E DEBATES NA ATUALIDADE.....	14
1.1. Formação sócio-histórica brasileira.....	14
1.2. Interseccionalidade.....	18
1.3. Conceituação da solidão da mulher negra.....	23
CAPÍTULO 2 - RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E FEMINISMOS.....	26
2.1. Feminismos.....	26
2.2 Serviço Social e aproximações aos movimentos antirracista e feministas.....	29
CAPÍTULO 3 - SOLIDÃO DA MULHER NEGRA E O DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL.....	38
3.1. Análise interseccional das pesquisas sobre solidão da mulher negra nas Ciências Humanas e Sociais.....	38
3.2. Solidão da mulher negra como conceito no Serviço Social.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICES.....	65

INTRODUÇÃO

Conceituar a solidão da mulher negra vai além de aspectos do mundo afetivo-sexual e preferências românticas. Essa solidão se interliga com aspectos sociais advindos da era colonial, como visto na análise de Gonzalez (2020), que a partir da diáspora do povo negro africano até as colônias imperialistas, culminou na construção de um “novo mundo”. O corte do cordão umbilical forçado do povo negro com sua terra natal acarretou profundas cicatrizes e rupturas com a condição de humanidade em razão da dominação hegemônica europeia. Em razão desse cenário degradante para a população negra, Gonzalez (2020), hooks (2019), Carneiro (2003), Bento (2022), Collins e Bilge (2021), Eurico (2023), assim como outras autoras feministas negras, apontam que as mulheres negras foram e são atravessadas por outra forma de dominação além do racismo, sendo atingidas também pelo sexismo e a sobreposição do homem sobre a mulher.

Em decorrência dessa conjuntura, as mulheres negras vivenciam um tipo de solidão específica em comparação às mulheres brancas. As mulheres negras, desde a era colonial, têm sua humanidade negada, seu corpo hiperssexualizado e abusado, seu trabalho destinado à servidão de pessoas brancas, seus filhos levados de si direto para a escravidão. Após o fim da escravidão, essas mulheres permaneceram preteridas em vários âmbitos da vida social, reverberando até os dias atuais (Gonzalez, 2020). A solidão da mulher negra é a condição de subalternidade, preterimento e exclusão na vida social, seja na área afetiva, no mundo do trabalho, nas políticas sociais, na representatividade nas mídias sociais e na sociedade em si.

Em razão disso, durante a formação do meu olhar crítico durante minha trajetória pessoal desde o ensino fundamental II, notei que o tema acerca da solidão da mulher negra no país era uma temática que me despertava interesse. Essa temática se fazia e faz presente na vida de mulheres negras ao meu redor, como também na minha vivência como mulher negra, o que me impulsionou a pesquisar mais sobre o tema e julgar importante abordá-lo no intuito de compreender as bases dessa problemática e se é possível intervir nesse cenário.

Além disso, após iniciar o curso de Serviço Social, notei que há uma falta de pesquisas sobre esse tema, sinalizando assim a importância de iniciar esse debate sobre o possível afastamento da profissão nesse panorama, fato esse que provavelmente rebate na construção e na implementação de políticas públicas para as mulheres negras.

Para o conhecimento científico, a importância de estudar o tema é de compreender a relação entre o racismo e o sexismo, como ele interfere na vida das mulheres negras do Brasil, mas para além disso, analisar a intervenção ou afastamento do Serviço Social nesse contexto.

Visto a essas instigações, o presente trabalho se materializou com o estudo da solidão da mulher negra no Brasil e o debate no Serviço Social, partindo do pressuposto que essa temática é pouco abordada pela área e que há poucas informações de como o Serviço Social atua e se posiciona em relação a esse panorama.

Tendo em vista a construção sócio-histórica do Brasil e os efeitos (racismo, discriminação e desigualdades sociais) que a escravidão causou na vida das pessoas negras até hoje, pensar nas mulheres negras é uma forma de compreender as bases que propiciaram a posição desigual delas na sociedade. O tempo histórico considerado foi a atualidade, mas partindo do pressuposto de que a colonização interferiu e interfere na vivência das mulheres negras no Brasil.

No Serviço Social, apesar da publicação de alguns trabalhos acadêmicos e livros com relação a temática da solidão da mulher negra (muitas vezes não ligados ao termo enfatizado em si, mas sim a categorias que se aproximam do tema, como a interseccionalidade entre raça, gênero e classe social), nota-se um distanciamento da área desse debate, sendo um panorama não tão explorado nas pesquisas em Serviço Social.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar por que as mulheres negras no Brasil vivenciam uma solidão em âmbitos diversos de sua vida e como o Serviço Social apreende ou não esse fenômeno como fator estruturante das desigualdades. Os objetivos específicos foram: i) observar o processo de formação sócio-histórica do Brasil, analisando os rebatimentos que a colonização e a escravidão tiveram na vivência das mulheres negras até os dias atuais; ii) analisar o conceito de afetividade na vida das mulheres negras no Brasil e compreender por que elas são preteridas em relações afetivas; iii) observar como o Serviço Social apreende essas categorias, e, se apreende, como lida/atua ou silencia essa expressão do racismo-sexismo que estrutura as desigualdades da sociedade brasileira.

A partir disso, alguns questionamentos foram levantados nesse trabalho, como: O Serviço Social aborda a solidão da mulher negra no Brasil? Quais outras áreas do conhecimento abordam esse tema? Sob quais perspectivas? Por que as mulheres negras vivenciam uma situação de solidão no Brasil?

Notou-se preliminarmente, a partir de levantamento bibliográfico em bases científicas online, que esse debate acerca da solidão da mulher negra no Brasil teve maior efervescência

na academia entre 2020 e 2024, principalmente nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, como Filosofia, Sociologia, Direito, Psicologia e, de forma residual, no Serviço Social.

A minha hipótese foi de que o Serviço Social não apreende, não se aprofunda e não atua efetivamente no debate acerca da solidão da mulher negra, não enxergando a centralidade deste fenômeno para a compreensão da relação estruturante de desigualdade que o sexismo-racismo causa na vida das mulheres negras, apesar deste ser um conceito já consolidado no âmbito das ciências humanas e sociais.

Para analisar as questões iniciais de pesquisa, foi utilizada a ferramenta analítica da interseccionalidade, que é uma práxis crítica para compreender e apreender fatores e condições na sociedade que estão interligados com os sistemas de dominação e opressão, analisando também as desigualdades de forma não focalizada, para assim abarcar a indissociável relação entre gênero e raça nesse debate. Foram utilizados também estudos do feminismo negro brasileiro para compreender melhor essa categoria dentro do contexto do Brasil e da América Latina¹, como também as obras com temáticas que se aproximam do debate de raça e gênero pelo Serviço Social.

A estratégia metodológica escolhida foi a pesquisa bibliográfica, para analisar as categorias pertinentes à construção da pesquisa, bem como quais áreas do conhecimento mais abordam a temática, a partir das palavras-chaves: solidão da mulher negra, mulher negra, racismo, interseccionalidade, afetividade, nos bancos de dados dos sites: scielo, google acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Foram encontrados no mês de maio de 2025 14 artigos, 14 dissertações e 5 teses que se aproximaram da temática, sendo as áreas de pesquisa: Serviço Social, Direito, Psicologia, Sociologia, Artes Cênicas, Letras, Antropologia, Educação, Filosofia e Saúde. O marco temporal das pesquisas vai de 2008, tendo efervescência em 2020, prosseguindo até 2025.

As obras foram posteriormente selecionadas por meio da leitura dos títulos e dos resumos e foram analisadas a partir do vislumbre do tema solidão da mulher negra. Os estudos foram categorizados em planilhas (Anexo 1), e a seleção foi refinada em uma segunda leitura mais aprofundada, com a filtragem daqueles trabalhos que abarcaram essa categoria

¹ Lélia Gonzalez (2020) discorre sobre uma nova visão para a formação histórico-cultural brasileira, enfatizando que a narrativa sócio-histórica do país é pautada em princípios europeus, onde ela visa romper com essa perspectiva, trazendo a categoria América Latina, que integra a herança Africana e dos povos originários do continente, pontuando que as práticas e costumes devem ser desveladas a partir de um olhar voltado para as origens de fato da formação brasileira. Essa concepção é fundamental para analisar a solidão da mulher negra, pois parte de um panorama não eurocêntrico para observar as condições que propiciaram essa solidão.

com centralidade. Além disso, foi apontada a origem do conceito acadêmico de solidão da mulher negra.

Os livros escolhidos para fazerem parte da pesquisa bibliográfica foram os com enfoque em temáticas sobre as mulheres negras, a afetividade dessas mulheres e suas lutas, como os das autoras: bell hooks, Cida Bento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Márcia Campos Eurico, Patricia Hill Collins. Além disso, foram escolhidas obras que também dialogassem com o Serviço Social e a construção social brasileira, como o livro de Eurico “Antirracismos e serviço social” (2023).

No capítulo 1, intitulado “Solidão da mulher negra: contexto histórico e debates na atualidade”, foram discutido os rebatimentos do contexto sócio-histórico e discussões pertinentes que se relacionam com a solidão da mulher negra, foi feita a divisão em três tópicos: 1.1 - Formação sócio-histórica brasileira; 1.2 - Interseccionalidade; 1.3 - Conceituação da solidão da mulher negra. No capítulo 2, intitulado “Relação Serviço Social e feminismo”, foi discutido sobre os feminismos, tendo enfoque para o movimento no Brasil e a relação do Serviço Social com esse movimento, como também o movimento antirracista, foi feita a divisão em dois tópicos: 2.1 - Feminismos; 2.2 - Serviço Social e aproximações aos movimentos antirracista e feministas. No capítulo 3, intitulado “Solidão da mulher negra e o debate no Serviço Social”, foi discutida a análise da solidão da mulher negra pelas áreas das Ciências Humanas e Sociais, dando enfoque primordial ao Serviço Social, foi feita a divisão em dois tópicos: 3.1 - Análise interseccional das pesquisas sobre solidão da mulher negra nas Ciências Humanas e Sociais; 3.2 - Solidão da mulher negra como conceito no Serviço Social. Nas considerações finais foi realizada a análise comparativa das áreas em questão, vinculando com os rebatimentos sócio-históricos e as discussões presentes na pesquisa.

CAPÍTULO 1 - SOLIDÃO DA MULHER NEGRA: CONTEXTO HISTÓRICO E DEBATES NA ATUALIDADE

1.1. Formação sócio-histórica brasileira

Na conjuntura sócio-histórica da formação do Brasil, as mulheres negras escravizadas, ex-escravizadas ou suas descendentes vivenciaram um processo árduo e cruel de negação de sua ancestralidade e história. Em vista do processo de colonização e escravidão na até então colônia portuguesa, a diáspora do povo africano para o território brasileiro foi um movimento brutal e dotado de violências e preconceitos, onde essa população teve sua vida roubada e transformada em mera mercadoria para os anseios do imperialismo. Nesse sentido, as mulheres que para o Brasil foram trazidas à força e tiveram sua origem, cultura e ancestralidade tiradas de si, passaram por uma desumanização e exploração, que consequentemente foi a herança de seus filhos.

Lélia Gonzalez (2020) aponta para esse cenário quando discorre sobre o mito da democracia racial no Brasil, segundo o qual acredita-se que todos são iguais perante a lei, como aponta a Constituição Federal de 1988, e que as condições da vida social do negro na sociedade são de responsabilidade dele, tirando os rebatimentos do racismo e da segregação para a população negra. Esse ideário criado para justificar os absurdos perpassados pelas pessoas não brancas no país é um mecanismo para apagar e mascarar o caráter racista do Estado brasileiro, além de reforçar um mito de que a desigualdade racial no país é um sentimento de vitimismo por quem o sofre.

[...] Na medida em que somos todos iguais “perante a lei” e que o negro é “um cidadão igual aos outros”, graças à Lei Áurea nosso país é o grande complexo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolismo”, “infantilidade” etc. ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores. O interessante a se ressaltar, nessas formas racionalizadas da dominação/opressão racial, é que até as correntes ditas progressistas também refletem, no seu economicismo reducionista, o mesmo processo de interpretação etnocêntrica. Ou seja, apesar de sua denúncia em face das injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas, não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial paralela que tem por objetivo exatamente sua reprodução/perpetuação (Gonzalez, 2020. p. 31,32).

Para além disso, ainda no processo de formação sócio-histórica brasileira, o racismo foi uma peça fundamental para a ampliação do capitalismo, que foi se formando a partir das nações imperialistas, como Portugal. Goés (2023) aponta sobre essa questão quando realiza o

debate sobre racismo e eugenia na formação social brasileira, abordando o fato de que para o capitalismo o racismo é uma categoria essencial, tendo em vista que o sistema se aproveita das desigualdades e opressões de um povo sobre o outro.

A eugenia foi outro aparato fundamental no processo de legitimação do racismo e discriminações, pois dessas ideias de elevação da raça dita como superior, surgiram práticas generalizadas e institucionalizadas para tentar suprimir características que eram tidas como de raças inferiores (principalmente a de pessoas negras) na sociedade brasileira. Goés (2023) traz um panorama de como essas ideias se materializavam no cenário brasileiro, onde o autor aponta que para o movimento eugenista a sociedade brasileira devia ser embranquecida, com vistas a uma “evolução”, pois no imaginário social dominado pela branquitude - que é a identidade atribuída aos brancos como os homens universais e padrões a serem seguidos pelas pessoas que não são da Europa (Bento, 2022) -, as pessoas negras eram vistas como delinquentes, degeneradas e deveriam ser eliminadas gradualmente.

Na vivência das mulheres negras no Brasil em si, analisar as disparidades a partir da interseccionalidade é um ponto crucial, pois desde a formação brasileira esse grupo é atravessado por desigualdades, não acesso a bens e serviços e até mesmo tendo seu direito como pessoa humana negado. Para iniciar o questionamento acerca da solidão da mulher negra no Brasil, cabe analisar a estrutural interseccionalidade de raça, gênero e classe social desse grupo, pois as pessoas negras vivenciaram e vivenciam até hoje as violências de tipos variados em virtude do racismo e da eugenia, como também, as desigualdades devido a questão social e suas expressões, onde a ascensão na sociedade é garantida apenas aos burgueses brancos. Mas, em específico, na vivência de mulheres negras há outro recorte, o do patriarcado, marcado pelo sexismo, onde essas mulheres estão expostas a um maior nível de dominação e desigualdade.

Gonzalez (2020) destaca que a miscigenação e o envolvimento inter-racial entre homens e mulheres no Brasil se deram por meio das violências sexuais e físicas que as mulheres não brancas sofreram nas mãos de homens brancos, quando sua condição de não humanidade lhes tirava até mesmo a autonomia e a autoridade de seus próprios corpos. Além disso, a elas foi atribuído desde o período da colonização o papel de mucama ou mulata, nos dias atuais sendo a mucama o papel da empregada doméstica nos lares de famílias brancas, onde são mal remuneradas e exercem dupla ou múltiplas jornadas, pois também trabalham em suas próprias casas. Por outro lado, mas como parte do mesmo fenômeno paradoxal, o papel de mulata se dá por meio da hiperssexualização de seus corpos, principalmente no carnaval, quando são produtos eróticos para entreter os brancos e principalmente estrangeiros. A autora

prossegue que, para as mulheres negras, o acesso à educação foi mais difícil, além do fato da constatação desses dados ser também restringido em razão dos censos apresentarem defasagens históricas, referentes especificamente às mulheres negras.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. No que se refere à discriminação da mulher, que se observem, por exemplo, as diferenças salariais no exercício de uma função com relação ao homem, e a aceitação de que “está tudo bem”. Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada, como já vimos (Gonzalez, 2020. p. 35).

Nesse rumo, Sueli Carneiro (2003) discute também a condição de subordinação e maior desigualdade que a mulher negra experiencia. Carneiro aponta que na pirâmide social, as mulheres negras estão abaixo das (mulheres) brancas, como também dos homens negros:

[...] para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas.

Nesse sentido, racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da “loirização”, na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade (Carneiro, 2003. p. 119).

A autora prossegue enfatizando que a raça define como o gênero é vivido, sinalizando, assim, maiores conturbações na vida das mulheres negras, mesmo com o fenômeno do feminismo, tendo em mente que o movimento, pautado em um padrão de mulher universal eurocêntrica, por muito tempo não abarcou as mulheres não brancas periféricas. Fato esse que levou a organização do feminismo negro, para assim lutarem por condições que eram resultantes do panorama que as cercavam. Outro ponto levantado pela escritora é de que até mesmo no Movimento Negro Brasileiro, as mulheres negras vivenciavam situações de desvalorização por conta de seu gênero, sendo necessárias reivindicações dessas mulheres até no meio do movimento de pessoas negras, principalmente em oposição aos companheiros militantes negros sexistas.

Carneiro (2003) discute que as mulheres negras são atravessadas mais cruelmente por disparidades no mundo do trabalho, no âmbito doméstico através de violências diversas, na

saúde, nos meios digitais e de comunicação social, realidade vivida ainda atualmente, conforme dados estatísticos que serão apresentados ao longo da pesquisa. Todos esses fatores contribuem para a inferiorização da vida dessas mulheres, encaminhando-as para a solidão social, sendo negligenciada de várias maneiras, para que assim a hegemonia branca seja perpetuada de maneira sutil, a fim de não ser desvelada e culpabilizada por essa condição massacrante que condiciona as mulheres negras e, posteriormente, seus descendentes à miséria.

hooks (2019) também aborda a temática da exploração sexual dos corpos das mulheres negras, evidenciando que para a branquitude, esses abusos eram legitimados socialmente e que a integridade moral da mulher era destituída dela, pois acreditava-se que elas eram imorais, permissivas, semelhantes a animais sexualmente. Assim como Gonzalez (2020), hooks pontuou que a vida sexual dos brancos era iniciada através do abuso de mulheres negras, perpetuando o mito de que elas serviam para satisfazer os desejos sexuais dos senhores.

O ditado “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a “mula de carga” de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata do Carnaval cuja sensualidade recai na categoria do “erótico-exótico” (Gonzalez, 2020. p. 154).

Com relação a isso, a destinação às mulheres negras ao papel de mulata do carnaval e mucama durante o restante do tempo, vem através de uma lógica sexista e racista sobre essas mulheres, visto que durante os desfiles das passistas essa mulher é percebida pela branquitude como a deusa, a rainha, evidenciando a falsa democracia racial no Brasil. Mas ao sair desse lugar, o que é destinado a elas são os trabalhos de cuidado e limpeza da casa da família branca, remetendo ao período da casa grande, onde a negra era a mucama que cuidava e mantinha o domicílio em ordem (Gonzalez, 2020).

Em vista desses atravessamentos na vivência das mulheres negras, nota-se que elas estão em situação de maior desigualdade até os dias atuais, sendo direcionadas a lugares específicos na sociedade, de maneira a perpetuar a lógica racista, sexista e classista da sociedade brasileira. Bento (2022) traz em seu debate essa perspectiva do lugar da pessoa negra na sociedade, onde esse grupo é direcionado para o desemprego e a informalidade, além de não ter pleno acesso à educação, saúde e segurança. Com relação à posição de subalternidade da população negra, as posições de prestígio social seguem sendo ocupadas pela população branca, principalmente os homens, evidenciando o histórico privilégio branco

que é aparato dessas pessoas para ocuparem posições melhores socialmente e vivenciarem uma existência superior em relação aos negros, na qual a desigualdade é legitimada e vista como natural, além de ser reforçada por meio do pacto da branquitude, que é um mecanismo onde as pessoas brancas favorecem, defendem e perpetuam elas mesmas nos diversos aspectos da vida social, para assim manter o status quo.

1.2. Interseccionalidade

Partindo desse panorama, os rebatimentos que atravessam até os dias atuais a vivência da população negra, em especial as mulheres negras no Brasil, são interconectados por múltiplas formas de opressão e dominação, como racismo, sexismo, patriarcado, etarismo, além da desigualdade de classes. Visto isso, analisar essas questões rompendo com um olhar focalizado é de extrema importância, pois abre portas para uma compreensão que se atenta à interseccionalidade.

Nesse sentido, Patricia Hill Collins (2022) aborda em sua análise a interseccionalidade como teoria e práxis crítica, resgatando a pioneira Kimberlé Crenshaw, que na década de 1990 sistematizou academicamente os significados até então do conceito de interseccionalidade, por meio da metáfora das encruzilhadas:

A ideia de uma intersecção onde duas ou mais vias se encontram é uma ideia familiar no espaço físico e geográfico. As estradas ou caminhos não precisam ser retos ou pavimentados para provocar essa sensação de uma intersecção espacial. Todas as culturas têm intersecções ou lugares onde as pessoas se cruzam, sejam autoestradas ou caminhos parcamente indicados em uma floresta. Além disso, os lugares onde as pessoas se cruzam são amiúde locais de encontros, espaços onde diferentes tipos de pessoas se envolvem umas com as outras. Estar em uma intersecção ou passar por alguma é uma experiência familiar. Essa metáfora espacial também invoca a ideia de ver vários caminhos possíveis a partir de uma posição estratégica na intersecção e ter que enfrentar a decisão de qual caminho seguir. Nesse sentido, a própria metáfora espacial é irrestrita e sujeita a muitas interpretações. A interseccionalidade como metáfora funcionou tão bem por ser, concomitantemente, familiar e deveras elástica.

Essa metáfora espacial que podia ser vista no mundo material promoveu, de maneira implícita, uma afirmação teórica mais abstrata sobre a estrutura social – a saber, que os lugares para os quais os sistemas de poder convergiram possivelmente fornecem melhores explicações para os fenômenos sociais que aqueles que ignoram tais intersecções. O racismo e o sexismo podem ser conceituados como fenômenos estruturais distintos, mas, examiná-los a partir de sua intersecção propicia novos ângulos de visão de cada sistema de poder, e de como eles se cruzam e divergem um do outro. Politicamente, a ideia de interseccionalidade também funcionou. O termo interseccionalidade englobou a convergência de vários projetos de justiça social e práticas críticas de longa data na academia (Collins, 2022. p. 35).

A partir do pensamento de Crenshaw, Collins (2022) discorre que, para a autora, a interseccionalidade pode ser explicada por meio da metáfora das encruzilhadas de opressões,

como de raça e gênero, onde esses pontos de encontros das avenidas materializam formas de opressão e dominação para quem se encontra nessas condições, entretanto, sem significar sobreposição, mas uma conexão intrínseca, visto que composta de elementos estruturais de desigualdade. Destaca-se ainda que no momento histórico em que Crenshaw analisou a intersecção das formas de dominação, ela se dirigia primordialmente à insuficiência da visão dos movimentos feministas e antirracistas, e tecia críticas, a fim de ampliar o olhar desses grupos para a compreensão da interligação que possuem.

Collins (2022) ressalta a importância da interseccionalidade, trazendo para o cerne do debate o poder que essa perspectiva propicia para a análise das formas de dominação e desigualdade, visto que enxergar a junção das problemáticas que possuem ligação direta com o colonialismo, como o racismo e o patriarcado, permite entender essas categorias de forma estrutural, não sendo apenas uma questão focalizada. “A interseccionalidade é um projeto intelectual e político amplo e colaborativo com diversos agentes sociais. Sua heterogeneidade não é uma fraqueza; pelo contrário, talvez seja uma de suas maiores forças.” (Collins. 2022, p.17).

A autora afirma que a interseccionalidade é uma teoria social crítica em construção, e enfatiza que grupos anteriormente silenciados como as pessoas negras, a comunidade LGBTQIAPN+, as pessoas do sul global, estão ocupando espaços dentro da elaboração do conhecimento científico, a partir de suas vivências e realidades. Collins (2022) destaca o papel da mudança na academia por meio de autoras como Crenshaw, que romperam com paradigmas preconceituosos e buscaram transformações políticas e sociais. Ela segue também refletindo que esse campo é atrativo para muitas pessoas, mas que a amplitude dessa categoria é maior do que imaginam.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) na obra *Interseccionalidade* debatem sobre uma possível definição mais universal que caberia para tratar dessa categoria:

Se perguntássemos a essas pessoas “o que é interseccionalidade?”, ouviríamos respostas variadas e, às vezes, contraditórias. Porém, a maioria provavelmente aceitaria a seguinte descrição genérica:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021. p. 16).

As autoras refletem sobre o uso da interseccionalidade no âmbito do conhecimento e sua utilização como ferramenta analítica, mas também para além dele, sendo a

interseccionalidade utilizada fundamentalmente na vida social. Elas discorrem que em grande parte as pessoas se utilizam da interseccionalidade no intuito de explicar e procurar soluções para problemáticas que as abarcam, ou abarcam outros próximos a elas. Collins e Bilge elencam categorias elementares para tratar da interseccionalidade: “a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade” (2021. p. 37). A desigualdade social se dá por meio das hierarquias sociais e oportunidades diferentes de acesso para as pessoas; a relacionalidade é uma categoria que explica que os fenômenos na sociedade não acontecem isoladamente, mas se correlacionam; a complexidade é a imbricação de opressões e hierarquias que uma determinada sociedade pode ter; o poder se dá por meio das relações de dominação e opressão, como questões de raça, gênero e classe; o contexto social se dá através das especificidades do território e seus panoramas específicos; a justiça social envolve compreender a interseccionalidade e, além disso, ter uma práxis crítica buscando modificar a realidade.

Carla Akotirene (2019) em seu livro *Interseccionalidade*, também debate sobre o tema, a partir dos escritos de *Crenshaw*, ressaltando que a temática surge por meio das reivindicações de feministas negras em razão das leis antidiscriminação. A autora ressalta que a interseccionalidade vem passando por esvaziamentos após a grande visibilidade e alcance que tomou, apontando que na verdade “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (p. 14).

A autora aponta a necessidade de não utilizar metodologias acadêmicas e de produção de conhecimento elitistas e eurocêtricas para tratar da temática em questão:

É oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como locus de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disto, cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos. No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano (Akotirene, 2019. p. 15).

Em relação a isso, a pesquisadora discorre sobre a diáspora africana e as suas consequências na negligência e nos impedimentos da vivência negra nas colônias imperialistas. Akotirene (2019) faz uso de autoras como *Lélia Gonzalez*, *Patricia Hill Collins* e *Conceição Evaristo* para traçar esse panorama de silenciamento e opressão da população negra, em especial as mulheres negras, visando descolonizar a construção de conhecimento. Ela destaca as contraditoriedades que cercam as mulheres negras na sociedade,

principalmente em comparação às mulheres brancas, e destaca que “[...] enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas [...]” (p. 16).

Akotirene (2019) continua sua análise, e salienta que a temática interseccionalidade é um conceito atrelado primordialmente à mulher negra, considerando que essas mulheres receberam desde então o papel de “burro de carga da patroa e do marido” (p. 18), vivenciando sua raça e classe de maneira degradante em razão da estrutura social racista. Além disso, a autora frisa que a interseccionalidade explicita a matriz colonial de opressões sobre as pessoas atravessadas por essa supremacia de dominação e que essas condições não devem ser hierarquizadas, uma vez que estão interligadas estruturalmente.

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas (Akotirene, 2019. p. 29).

Visto isso, as mulheres negras, além de serem afetadas pelas expressões do racismo, são afetadas pelo fato de ser mulher, onde são condicionadas a piores empregos, falta de acesso à educação, saúde (principalmente a saúde obstétrica), além de serem preteridas socialmente em relações afetivas por seus possíveis parceiros em favor de sua raça, pois através das ideias eugenistas, se propagou no imaginário social que as mulheres negras foram feitas apenas para saciar prazeres carnavais, e as brancas nobres seriam as adequadas para casar, visando um embranquecimento da sociedade. Gonçalves (2023) e Nascimento (2021) apontam sobre a engrenagem que propicia a permanência das mulheres negras nessa posição, onde levantam a análise sobre a árdua e constante luta das mulheres negras pós abolição, visto que são colocadas como mão de obra barata, antes escravizada. Elas que em grande parte são as empregadas domésticas, encarregadas por cuidados e limpeza, mas com salários baixíssimos.

Entre as pessoas que declaram realizar trabalho doméstico e/ou de cuidados remunerados no Brasil, 69,9% são mulheres negras.

A pesquisa também destaca que 79,6% das cuidadoras atuam em domicílios familiares, evidenciando a responsabilidade das famílias no cuidado de pessoas dependentes. Além disso, há diferenças na escolaridade: 52,4% das trabalhadoras domésticas negras não concluíram o ensino médio, contra 42,9% das não-negras, o que reforça a desigualdade por raça entre mulheres que desempenham a mesma atividade.

Dados relativos ao segundo trimestre de 2024 mostram que, no “guarda-chuva” da subutilização da força de trabalho – que inclui subocupação, desocupação e desalento – as mulheres negras enfrentam desafios específicos: elas são afetadas de forma mais intensa pela subocupação por insuficiência de horas (trabalham menos de 40 horas semanais e gostariam de trabalhar mais) e pelo desalento (gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar uma ocupação).

Enquanto a subocupação por insuficiência de horas atinge 7,3% das mulheres negras, entre as brancas o percentual é de 4,4%. Além disso, as mulheres negras subocupadas representam 72% do total de desocupadas (pessoas que estão sem trabalho, mas estão à procura de uma nova ocupação), enquanto, entre as brancas, essa proporção é de 66%.

O desalento também afeta mais intensamente as mulheres negras, com 4,6% delas nessa condição, contra 2,1% das brancas e 2,8% dos homens negros. Em relação ao total de desocupadas, as mulheres negras desalentadas representam 45%, enquanto entre as brancas o percentual é de 32%. (IPEA. 2025, s.p.)

Já nas relações afetivas das mulheres negras, Nascimento (2021) ressalta que entre os homens e elas não há uma relação equilibrada, pois os homens veem essas mulheres numa posição de exploradas por eles, não tendo o afeto como uma categoria de vínculo para fortalecimento desses pares. Nesse cenário, as mulheres negras em contextos mais pauperizados desempenham uma função de mantenedoras de seu núcleo familiar. Apesar das mulheres negras que alcançam uma ascensão social romperem uma barreira social, elas ainda assim permanecem como mantenedoras de seus familiares, tendo em vista que para as pessoas negras é difícil alavancar socialmente do lugar destinado a elas.

Sendo assim, as mulheres que conseguem fugir desse espaço desigual destinado a elas, vivenciam uma solidão maior, tendo como princípio que os homens (brancos ou negros e sendo aqui pautada relações heterossexuais), não enxergam as mulheres negras para compartilhar o afeto, apenas para a sexualização delas. A lógica do embranquecimento e da miscigenação reforçam essa posição de solidão das mulheres negras, pois nessa sociedade, acredita-se que, através do casamento interracial as características tidas como indesejáveis dos negros (cabelos crespos, nariz largo, bocas carnudas e cor de pele retinta) serão extintas, e substituídas gradualmente por padrões de beleza historicamente construídos, como os universalmente brancos.

Além disso, nota-se que os homens negros que ascendem socialmente, como os jogadores de futebol, cantores, atores, que acabam se tornando figuras públicas, sempre optam por se relacionar com mulheres brancas, reforçando a ideia de que ao alcançarem posições de prestígio que até então não os cabiam em razão ao racismo, eles se cercam de pessoas brancas a fim de suprimir sua ancestralidade, se “encaixar” em meio a branquitude e se embranquecer, na ilusão de assim usufruir totalmente seus privilégios históricos. As mulheres brancas na sociedade brasileira são vistas pelos homens como prêmios e símbolo de status de superioridade, tendo como pressuposto a ideologia de que as mulheres negras têm sua

moralidade suja, são sexualmente vulgares e são figuras onde esses homens encontrarão sexo fácil. Apesar disso, deve-se levar em consideração que os homens negros fazem parte de uma estrutura sócio-histórica racista e eugenista e acabam por assimilar os valores da branquitude, sendo também influenciados de maneira implícita, o que rebate em fatores que até então seriam da individualidade e intimidade deles.

1.3. Conceituação da solidão da mulher negra

Em pesquisa qualitativa em busca da temática “A solidão da mulher negra” através de trabalhos científicos (Anexos), notou-se que no Brasil o adentramento nesse debate se deu pelos anos 2000, principalmente pela influência dos estudos anteriores de Lélia Gonzalez nos anos 1990.

Para debatermos sobre o conceito “A solidão da mulher negra” no Brasil, vamos recorrer às autoras Souza (2008) e Pacheco (2008). Ambas as autoras partem de uma investigação com bases teóricas parecidas, e pontuam sobre a solidão das mulheres negras, uma especificamente em São Paulo e outra na Bahia.

As autoras aqui citadas tiveram como norte para utilizar do conceito solidão da mulher negra em suas pesquisas, o estudo de Elza Berquó. Estudo no qual se investigou sobre os matrimônios e suas condições no Brasil, a partir de questões sobre raça e idade.

No entanto, observa-se, nessa mesma pesquisa, que a cor ganha um contorno ou uma marca maior no que tange a seleção da parceira preferencial para constituir um relacionamento conjugal, como demonstra a autora⁸:

[...] Deste ponto de vista, é de se estranhar que justamente as mulheres pretas que contam com um excedente de homens pretos, acabem por ter menores chances de encontrar parceiros para se casar [...] o excesso de mulheres brancas na subpopulação branca deve levá-las a competir, com sucesso, com pardas e pretas, no mercado matrimonial. A mestiçagem vem aumentando no Brasil como atesta o crescente contingente de pessoas ditas pardas. Ela se faz, entretanto, muito mais à custa de casamentos de mulheres brancas com homens pretos do que o contrário. Ou seja, a mestiçagem tendente ao embranquecimento é mais acentuada por parte dos homens’[...] Tendo de enfrentar uma razão de sexos a elas desfavorável, as mulheres brancas devem competir, com vantagens, no mercado matrimonial com as pardas e as pretas, que contam com um excedente de homens dentro de seu próprio grupo. Isto explicaria também o elevado celibato da mulher preta, além de sua entrada mais tarde em união (Pacheco, 2008. p. 4).

A partir desse estudo, as autoras ingressaram em uma jornada para analisar o porquê desses acontecimentos em relação às mulheres negras, buscando se aprofundar em uma perspectiva histórica e social, visando apontar que esse fato não é mera escolha afetiva e pessoal por parte dos homens na sociedade brasileira.

É perceptível que as mulheres negras estão situadas na sociedade brasileira em lugar de subalternidade e preterimento em vários aspectos da vida social, principalmente o afetivo e o matrimonial.

Essas características que perpassam a vivência dessas mulheres não podem ser analisadas sem a conjuntura sócio-histórica em que se inserem, visto o processo de diáspora e escravidão para com essas pessoas.

As autoras pontuam sobre a miscigenação e a cultura do embranquecimento social, além do fato de que as pessoas negras, principalmente os homens, ao passarem a conviver com pessoas brancas de classe média ou da alta burguesia, acabam absorvendo os valores de vida e raça delas, passando por uma espécie de apagamento racial e social.

Os homens negros acabam perpetuando essa lógica citada, o que favorece em termos de relacionamentos heterossexuais, a solidão afetiva das mulheres negras (além dos outros rebatimentos interseccionais nas vidas delas). O preterimento dessas mulheres acarreta um número maior de miscigenação por parte desses homens, acirrando a “disputa matrimonial” entre as mulheres brancas e não brancas.

Esse preterimento não é por acaso, e como visto com Gonzalez (2020) e hooks (2019), a imagem social criada da mulher negra escrava e ex-escrava por assim adiante, foi tida como suja, imoral, pecadora e até mesmo sem noção de humanidade, sendo apenas um corpo animalesco a ser utilizado para os desejos carnavais dos senhores da casa grande e depois pelos brancos da sociedade comum, esses últimos sendo o modelo de desenvolvimento humano perfeito, como dito por teorias racistas como o Darwinismo social.

Além disso, Souza (2008) e Pacheco (2008) fazem uma abordagem acerca do que seria a solidão em áreas distintas do conhecimento, recorrendo a autores da Psicologia, Sociologia e Filosofia. Ambas trazem a modernidade para o cerne do debate e as concepções de solidão que afligem o ser humano desse momento histórico em específico.

As contraditoriedades da modernidade e em consequência do capitalismo, trazem uma reviravolta ao mundo e para as pessoas que vivenciaram uma quebra dos costumes e dos modos de vida anteriores às revoluções industriais. A diáspora é central nesse sentido, visto que a movimentação de povos para outra localidade por motivos diversos (nesse caso em específico a escravidão) gera um turbilhão de sentimentos nas pessoas que foram deslocadas de sua terra natal, sendo um desses sentimentos a solidão.

Visto isso, a solidão da mulher negra é uma categoria construída socialmente a partir dos processos históricos que marcaram a existência de todo um povo. A escravidão, o preconceito, a diáspora, a desumanização dessa população, a segregação, o

embranquecimento racial e social, além de outros fatores que reverberaram para a solidão da população negra, em especial das mulheres, em razão da condição de gênero que também as abarca, sendo atravessadas pelo sexismo, machismo, patriarcado, dominação e subordinação de seus corpos.

Em relação ao todo elucidado neste capítulo, são notórias as desigualdades e rebatimentos que atravessam a vivência das mulheres negras, mas também é perceptível o movimento e processo de luta dessas mulheres. Partindo desse panorama, é importante realizar a discussão e visualizar a aproximação dessas mulheres com os movimentos sociais de mulheres negras e feministas, mas além disso, contemplar a atuação e proximidade do Serviço Social para com os movimentos feministas e antirracista. Visto isso, no próximo capítulo será contemplado este panorama, para assim, ter-se um maior entendimento da trajetória de ativismo e militância das mulheres negras no Brasil, como também da profissão.

CAPÍTULO 2 - RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E FEMINISMOS

2.1. Feminismos

Para tratar aqui sobre os feminismos, se faz necessária uma análise acerca do que seria a priori a prerrogativa desse movimento. Segundo Gonzalez (2020, p. 128), um exemplo de tipificação do feminismo tradicional seria “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas baseadas na existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada”. Porém, essa definição sem um questionamento acerca da desigualdade racial entre as mulheres, se esvazia de todo um conjunto sócio-histórico de rebatimentos nas vidas das mulheres negras.

O feminismo ao ser definido e não abarcar questões de raça e etnia, demonstra que mesmo sendo um movimento social que visa um rompimento com o projeto de mundo patriarcal, machista e sexista, não se atenta aos perigos do silenciamento do racismo como pilar estrutural da construção do mundo moderno.

Gonzalez (2020), destaca a importância do feminismo latino-americano, visto o processo de dominação e colonização na América Latina. Fato esse que interferiu e interfere cotidianamente na vida das mulheres do continente. A autora se refere a uma frase de Jenny Bourne “Eu vejo o antirracismo como algo que não está fora do movimento de mulheres, mas como algo intrínseco aos melhores princípios feministas” (Gonzalez, 2020. p.129), que traz a importância de um feminismo alinhado a temática antirracista.

Em continuidade a esse debate, Moreira (2023) aponta para o conjunto feminismo negro, em específico no Brasil, deixando claro que o termo “feminismo negro” não é totalmente utilizado pelo movimento das mulheres negras, visto que por muito tempo o feminismo tradicional não abarcou essas mulheres, logo, o termo feminista não é utilizado como classificação do movimento delas majoritariamente. A autora enfatiza como ponto crucial (nos anos de 1970 e 1980) do movimento das mulheres negras as Organizações de Mulheres Negras, que tinham como pressuposto a organização dessas mulheres não brancas pela luta de seus direitos.

Moreira (2023, p. 66) destaca os vários grupos de movimentação das mulheres negras durante aquele período em prol de seus direitos, principalmente em São Paulo, como exemplo “o grupo de Mulheres Negras do Movimento Negro Unificado (MNU); a Comissão de

Mulheres Negras do Conselho Estadual da Comissão Feminina de São Paulo; e o Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.”

Destaca-se, ainda, que essas mulheres dos movimentos realizavam encontros e abordaram temáticas como:

- a) denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro;
- b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e de autodeterminação, face às formas de discriminação existentes;
- c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento;
- d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política das mulheres presentes no Encontro;
- e) realizar diagnóstico da mulher negra;
- f) discutir as formas de organização das mulheres negras;
- g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e de diferentes vertentes políticas² (Moreira, 2023. p. 66, 67).

A organização das mulheres negras ou feministas negras, se deu em vista do longo processo de luta desde o período da colonização, tendo em vista a resistência e sobrevivência por suas vidas das mulheres negras escravizadas. Pensar em um feminismo negro abarca categorias de opressão que outras mulheres não negras não perpassam, pois mesmo que essas mulheres sejam atravessadas pelo sexismo e questões de classe, a desigualdade racial e o lugar mais subalternizado na sociedade estão para as mulheres negras, visto que elas fazem parte da base da pirâmide social.

Nessa direção, Carneiro (2003) evidencia a indispensabilidade de enegrecer o feminismo, visto a escassez e a pobreza do feminismo tradicional em tratar a situação da mulher não branca na sociedade, dando enfoque principalmente para o Brasil. A autora explicita que apesar do feminismo transformar as mulheres em sujeitos políticos, ele carece em olhar para as especificidades que as mulheres racializadas vivenciam. Ela segue alinhada ao pensamento de *Gonzalez* de que deve-se racializar o debate e combater o racismo no interior do feminismo.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros.

Essas avaliações vêm promovendo o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar

neles a agenda específica das mulheres negras. Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham em nível nacional; de fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país a partir dos quais os temas fundamentais da agenda feminista são perscrutados pelas mulheres negras à luz do efeito do racismo e da discriminação racial (Carneiro, 2003. p. 120).

Ela destaca também a dificuldade das mulheres negras, tanto nos movimentos feministas, como também no movimento negro. As mulheres negras tiveram que se organizar para enfrentar múltiplas opressões mesmo estando inseridas em movimentos progressistas, ressaltando assim o lugar mais subalterno na sociedade para elas.

Enquanto as mulheres brancas reivindicavam pelo seu direito de trabalhar, as mulheres negras já exerciam essa função forçadamente durante o período de colonização e escravidão. Collins (2022) e hooks (2019) trazem para o debate um fator importante a ser analisado, que é o posicionamento das feministas brancas em relação às feministas negras ou do movimento negro, onde as primeiras tinham para si que para o feminismo as pessoas negras não seriam efetivas na luta, visto que estariam preocupadas com questões de raça e a luta pela população negra.

Assim como, as feministas brancas comparavam a situação das mulheres brancas com a de pessoas negras, estabelecendo similaridade para as desigualdades, mas não abarcando as mulheres negras como também sofredoras do sexismo e do patriarcado, além de acreditarem que as mulheres não brancas não sabiam identificar a opressão sexista que sofriam.

Ver os feminismos por uma análise interseccional, como abordado no capítulo 1 e conforme cita Saraiva (2025) é fundamental, visto que o feminismo tradicional branco não abarcou as necessidades das mulheres negras, perpetuando a lógica do pacto da branquitude. A autora destaca também que não se faz necessário um rompimento de debates dos feminismos, mas destacar suas diferenças interseccionais: “reafirmar que a diferença deve ser utilizada como demarcador da existência de necessidades distintas, realidades diversas experienciadas por mulheres: indígenas, asiáticas, latinas, mulheres negras” (2025, p.76).

Saraiva (2025) se utiliza do termo Dororidade, que é a dor que a mulher negra carrega após ter sua vida roubada em razão do processo escravocrata, onde ela é repetidamente submetida ao processo de dominação e subordinação de classe, gênero e raça.

Voltando à discussão trazida por Gonzalez (2020) sobre o feminismo negro no Brasil, ela discorre sobre como dentro do movimento negro, as mulheres negras se reuniam para debater questões acerca do sexismo e suas imbricações na vida delas antes de debaterem sobre outras questões com o grupo todo, visto que dentro do movimento negro havia companheiros

homens que perpetuavam a lógica machista e patriarcal, mesmo sendo um movimento que buscava mudanças sociais para a população negra.

Gonçalves (2023) pontua também essa questão dentro do movimento negro, dando como exemplo a Frente Negra Brasileira, que tinha como enfoque a educação da população negra, com as mulheres na liderança, para coordenar as atividades educacionais, além de grupos de mulheres e meninas negras por meio do coletivo Rosas Negras e Cruzadas femininas. Apesar das mulheres exercerem funções dentro do movimento negro, muitas das vezes funções ligadas a “espaços femininos”, a autora destaca que elas não detinham poder decisório como os homens desse grupo, evidenciando assim a continuidade da dominação masculina sobre as mulheres até em um contexto progressista.

2.2 Serviço Social e aproximações aos movimentos antirracista e feministas

O Serviço Social, que em sua gênese era dotado de características conservadoras e ligadas a igreja católica, perpetuou em seus primórdios no Brasil uma atuação com foco na moralidade e eugenismo, onde as assistentes sociais da época - moças abastadas, brancas e recatadas – interviam para conter condutas que eram julgadas como fora dos padrões de moralidade da época. Moralidade essa que julgava os negros e negras que foram jogados à própria sorte após o fim da escravidão, sem nenhum amparo estatal e oportunidade de empregos, como vagabundos e vadios que deturpavam a ordem (Eurico, 2023).

O Serviço Social, apesar de seus esforços em pautar as questões raciais e de gênero, ainda está avançando, fato esse que reverbera na produção de conhecimento acerca de temáticas que apontem essas categorias. Ainda que o Serviço Social esteja discutindo e elaborando materiais e produções (como as produções do Conjunto CFESS/CRESS) que dialoguem com os movimentos antirracista e feministas, é pertinente salientar que o objetivo e apontamentos da presente pesquisa não abarcam diretamente a análise desses elementos produzidos pela categoria profissional e intelectual.

Em relação a isso, tendo em vista que grande parte do público usuário do Serviço Social é a população negra do Brasil, principalmente as mulheres, deve-se salientar a importância de debater essa temática. Além disso, segundo o CFESS (2022, p.30), um número expressivo das profissionais do Serviço Social são pessoas negras: “Sobre a pertença étnico-racial das/os profissionais cadastradas/ os, os dados indicam que metade das/os profissionais se autoreconhecem como de cor/raça preta/negra/parda, com 22.255 registros, o

que representa 50,34% das/os participantes”. Outro apontamento importante acerca da pesquisa realizada em relação ao perfil de assistentes sociais no Brasil, é de que o número de mulheres na profissão continua em predominância: “41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino. “Outras expressões de Gênero”, diferentes das anteriores, foi a resposta de 46 Assistentes Sociais, correspondendo a 0,10%” (CFESS, 2022. p. 23).

Visto o processo higienista e eugenista da formação sócio-histórica brasileira, o Serviço Social em sua gênese não escapou dessas correntes teóricas e da vida social naquele período (aqui se tratando principalmente das décadas de 1930 e 40). Na formação dessas profissionais (quando a profissão passou a ser legitimamente uma profissão e ter curso superior), vinculadas à assistência social, a lógica higienista era perpassada, segundo Silva (2023), por meio de disciplinas nos cursos de Serviço Social no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde as temáticas eram sobre higiene, higiene pré-natal, puericultura, higiene mental, higiene do trabalho, higiene escolar etc.

A Sociedade Brasileira de Higiene, fundada em 1923, do aspecto de educação individual e coletiva, abria caminho ao Serviço Social. Preocupava-se com os bons hábitos de vida higiênica e colocava em foco as deficiências do sistema alimentar; preconizava soluções para o problema da urbanização, engenharia sanitária, visava em 1º lugar evitar as doenças de massas, como haviam feito Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e outros higienistas (1985, p. 47).

O movimento higienista remonta ao ano de 1829, quando médicos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro criaram a primeira sociedade médica que, “[...] formatou-se como conhecimento e intervenção política no corpo social por meio de prescrições intervencionistas no organismo humano. Cuidar era preciso, civilizar era necessário, higienizar se fez imprescindível e a modernização e o progresso seriam os resultados colhidos. Pensando assim, além de higienizar e curar corpos individuais, foi necessário atuar nas saúdes das cidades. Desse modo, os discursos médicos revelaram modelos de conhecimento sobre a estrutura das doenças aliados a propostas intervencionistas de cunho saneador, que pretendiam organizar os espaços urbanos: residências, indústrias, cemitérios, escolas, entre outros (Larocca, 2009, p. 84).

No decorrer da metade do século XIX e início do século XX, a Higiene como disciplina no campo da Biologia educacional se consolidou e legitimou através do discurso médico. A Biologia educacional foi institucionalizada no Brasil na década de 1930 idealizada por um grupo de médicos envolvidos com a educação e partidários da disseminação de práticas profiláticas, sanitárias e higiênicas para salvar o país do atraso. Inspirados nos médicos higienistas franceses para a elaboração de propostas de intervenção regeneradoras a partir da educação. Higiene e instrução tornaram-se ferramentas da missão civilizatória de formar cidadãos de mente e corpo sadios (Silva, 2023. p 34, 35).

Essa missão civilizatória internalizada no fazer profissional das assistentes sociais era dotada de caráter racista e reformador social, tendo como premissa o ajuste dos que estariam fora dos moldes advindos da Europa, logo, os não-brancos no Brasil.

Identificar a gênese da profissão no Brasil com suas características conservadoras e problemáticas é uma forma de romper com esse viés anterior e trabalhar para adição de debates que sejam alinhados com a defesa dos direitos sociais e com a luta contra as desigualdades estruturais. Em virtude disso, no Serviço Social, a partir do movimento de reconceitualização da profissão, onde foi se dando a aproximação com o método materialista histórico-dialético de Marx, os rumos e a visão de mundo na análise da realidade, principalmente da realidade latino-americana e brasileira, foram sendo modificados, a fim de analisarem as contradições presentes, como também da questão social e suas expressões.

Em vista desse cenário, através da intenção de corte do cordão umbilical com o conservadorismo, o Serviço Social passou a apreender temáticas que até então não estavam no cerne de suas pautas, como exemplo o pensamento antirracista.

O movimento em curso, de rompimento com o paradigma conservador, tem sido demandado a incorporar as contribuições do pensamento antirracista, em formulação desde os anos 1980 por professoras e assistentes sociais negras, como Magali da Silva Almeida, Elisabeth Pinto, Mabel Assis, e tantas outras. A inserção de professoras negras, assistentes sociais e pesquisadoras de relações raciais é um fator impulsionador do incremento de pesquisas sobre o tema, bem com a entrada de estudantes negras(os) nos cursos das Universidades públicas através da reserva de vagas pelas ações afirmativas.

No âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a criação do GTP Serviço Social, Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades, no XV Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, realizado em 2016 tem colaborado para a ampliação das pesquisas e inclusão das relações étnico-raciais na formação.

A Campanha de Gestão (2017-2020) do Conjunto CFESS-CRESS, Assistentes Sociais no Combate ao Racismo tem exigido rever conceitos e comportamentos no sentido de admitir que para combater o racismo precisamos reconhecer que a profissão, assim como o restante da sociedade brasileira, é estruturalmente racista. E que a manutenção do racismo e sua materialização está nos próprios impeditivos de enxergá-lo no interior do trabalho profissional na atualidade (Silva, 2023. p.36,37).

Em vista disso, nota-se que o processo antirracista no Serviço Social vem se construindo e ganhando relevância como categoria estruturante, que está imbricada às expressões da questão social, visto que a profissão se insere num espaço de conflitos de classe, mas com elas não se confunde, tendo em vista que as desigualdades advindas da construção/colonização do Brasil conformam um sistema racista.

Outro ponto salientado por Rachel Gouveia Passos (2023) é a necessidade de racializar o debate do sofrimento e da atenção psicossocial dentro do Serviço Social. A autora destaca o papel dos manicômios como estrutura funcional para o sistema capitalista, como também para exclusão e controle de corpos, principalmente corpos negros e fora do padrão hegemônico.

As estratégias de extermínio podem ocorrer de diferentes maneiras e o manicômio faz parte do rol de instituições que promove o controle dos corpos e subjetividades.

O extermínio pode ocorrer por meio da mortificação do eu, conforme Goffman (2008) apresenta nas experiências das instituições totais. O isolamento e a institucionalização promovem morte subjetiva, o aniquilamento do desejo, a dilaceração dos corpos e das características individuais (Passos, 2023. p. 102).

Nesse sentido, Passos (2023) traz para o cerne do Serviço Social o debate da saúde mental num espectro marxista, visto que por muito tempo essa temática só fora contemplada pelas “categorias psis” (p. 103). Ela pontua que a Reforma Psiquiátrica Brasileira, ligada à Luta Antimanicomial, é de grande importância para o Projeto Ético-Político do Serviço Social, tendo em vista que a categoria deve lutar para debater e intervir nesse cenário. Além disso, a autora ressalta que é necessário fazer a articulação da Luta Antimanicomial com a Luta Antirracista.

Os impactos do racismo na saúde mental da população negra não se dão apenas na constituição da subjetividade. O racismo estrutural ocasiona severas consequências sobre a saúde psíquica e física, dentre elas os problemas de saúde considerados evitáveis e que são apagados no campo da saúde mental. Quando a pessoa recebe um diagnóstico psiquiátrico, ela é completamente reduzida à experiência do sofrimento psíquico grave e o restante da existência é negado. É muito importante problematizarmos, principalmente no campo da saúde mental, que essa redução da experiência do sofrimento psíquico faz parte do processo de desumanização da população negra.

Temos destacado as condições de alimentação da população negra que leva ao adoecimento, como: cardiopatia, diabetes, entre outras doenças evitáveis. O que é a cesta básica no país? Ela possui praticamente sal, açúcar e farinha branca. Podemos dizer que representa uma política de extermínio, já que uma alimentação inadequada leva ao adoecimento e, conseqüentemente, à morte (Passos, 2023. p. 105).

Sobre a saúde mental da população negra, a autora vai discorrer que para pensar no bem-estar psíquico dessa população é necessário propiciar condições de vida adequadas para que vivam plenamente, indo além de questões subjetivas ligadas ao cérebro e a determinados comportamentos, pensando na vida social e na materialidade da realidade. Ela reflete que o Estado utiliza da política de morte e extermínio para com a população negra de todas as formas, inclusive na saúde mental, e que é dever do Serviço Social se articular para ir contra esse mecanismo de aniquilação, viabilizando e pensando quais são os direitos sociais e humanos dessa população.

Além disso, Passos (2023) também discorre sobre a saúde mental das mulheres negras em sua obra “Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão”, na obra ela dedica o capítulo 3 para tratar sobre “Mães de bandido”, enfatizando que o Estado utiliza da premissa de guerra às drogas nas periferias e favelas no intuito de eliminar a população negra, por meio de uma falsa política de segurança pública e combate às drogas. As mães negras que têm seus filhos mortos (como também seus maridos) pela violência policial ficam abaladas, vivenciam a dor da perda, ficam sempre em estado de vigilância e solidão, além de terem seus

familiares marginalizados e desumanizados. Essas mães são atravessadas por violências contra elas como mulheres negras, mas também como mãe de pessoas negras, que na visão do Estado são consideradas bandidos e inimigos da ordem.

Em razão desse cenário, a escritora vai debater sobre o sofrimento psicossocial dessas mães, enfatizando o fato de que ele é tratado apenas na área psicologizante, não se desvelando suas origens estruturais, vinculadas à aniquilação da população negra nas periferias. As mães negras apresentam sintomas psicológicos em razão da violência sofrida contra elas e contra sua família, mas que são lidos apenas de maneira individualizada, não remetendo às origens da opressão, dominação e descaso para com esse público.

Com vistas ao processo de aproximação do Serviço Social no Brasil com os movimentos feministas, Lole, Almeida e Freitas (2025) apontam que os estudos precursores sobre gênero adentraram no país nos anos de 1980 e 1990, momentos esses que se teve a efervescência dos movimentos sociais que lutavam pelo fim da ditadura militar. Além disso, destaca-se que mesmo com a Reconceituação da profissão e adensamento nos pensamentos de Marx, as teorias feministas não eram tão estudadas.

Nota-se que o processo de Reconceituação, mesmo com seus ideais progressistas e de nova visão de mundo, não abordava muito questões sobre gênero, raça, etnia etc. Fato esse que é intrigante, pois grande parte do corpo profissional do Serviço Social contava e conta com mulheres até os dias atuais.

Com relação a isso, é perceptível que, mesmo com a aproximação a uma corrente teórica não conservadora, o Serviço Social ainda assim estava inserido na realidade social, que é machista, sexista, preconceituosa, dominada pela branquitude e seus ideais. Romper com esses paradigmas foi e continua sendo uma tarefa realizada aos poucos, a partir da resistência feminista e antirracista, organizadas dentro e fora da profissão.

Para além disso, deve-se levar em consideração o período histórico que se vivia no Brasil para pontuar sobre avanços nos debates do Serviço Social, pois durante o período em que a profissão buscava romper com suas antigas percepções, se dava a ditadura militar no país. Silva e Stampa (2025) apontam que durante esse período os profissionais e estudantes do Serviço Social eram perseguidos em razão de sua mudança de análise sobre a realidade social e o rompimento com o conservadorismo, sendo assim, considerados traidores da pátria e do regime militar, como também ameaça à segurança nacional.

Nessa conjuntura histórica, as mulheres feministas que se inseriram na luta pela democracia e seus direitos na realidade social, eram figuras que desafiavam a ordem vigente, pois para a sociedade conservadora o lugar da mulher era dentro de casa, atarefada com os

cuidados domésticos e os filhos, na espera do esposo provedor voltar ao lar, estando linda e pronta para servi-lo.

Assistentes sociais mulheres marcaram esse processo de luta pela democracia e direito de ser, um exemplo é Rosalina de Santa Cruz, que apontava que a sociedade não deveria ser dividida por classes e acreditava na potencialidade da revolução socialista e comunista naquele período ditatorial (Silva e Stampa, 2025).

[...]muitas/os assistentes sociais envolvidas/os com o processo de renovação da profissão e com as lutas de resistência à ditadura militar sofreram perseguições políticas e, não raro, graves violações de direitos. Este é um aspecto ainda pouco explorado pelo Serviço Social e que merece mais atenção, sobretudo por ser uma categoria formada majoritariamente por mulheres e por ter seu objeto de intervenção intrincado com as lutas populares e as necessidades da classe trabalhadora (Silva; Stampa, 2025. p. 67).

Alves (2018) faz um resgate histórico sobre as perseguições e censuras que as assistentes sociais vivenciaram no período ditatorial no Brasil a partir de 1964. A autora vai traçar uma linha histórica e de conteúdo do Serviço Social no Brasil, salientando suas origens conservadoras europeias, posteriormente se utilizando de premissas advindas da América do Norte, como também sua ligação com a Igreja Católica. Nesse panorama, ela segue discutindo sobre a introdução do Serviço Social na Universidade e seus avanços sob uma análise crítica.

A passagem de uma formação de assistentes sociais em escolas isoladas, e sob influência da Igreja Católica, para as novas condições nas universidades — centros dinâmicos de produção e socialização de conhecimento científico impactaram fortemente a profissão, tanto no sentido teórico-metodológico quanto político-ideológico. Nessas condições se pode compreender a inserção de setores da categoria profissional e do movimento estudantil em processos de resistência à ditadura civil-militar de 1964-1985, instigados pela presença naquele novo ambiente. Isto foi determinante para a expressão mais crítica de movimento mais geral que levou ao repensar de suas bases profissionais e seu teor abertamente conservador (Alves, 2018. p. 128).

Em consonância a este panorama, a autora destaca que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina propiciou um marco histórico na área, abrindo-se espaço para um novo fazer profissional e teórico, rompendo com o olhar conservador da profissão. Apesar disso, no mesmo período histórico o Brasil foi atravessado pelo golpe militar e o Serviço Social teve que passar por uma Renovação, sendo dividida em três perspectivas: modernizadora (década de 1960), reatualização do conservadorismo (década de 1970) e intenção de ruptura (início da década de 1980) (Netto, 1998). Alves (2018) afirma que apesar da ditadura militar ter propiciado assistentes sociais que seguiam a normativa

conservadora, dentro das universidades se dava a construção do conhecimento, a fim de romper com barreiras não progressistas, principalmente por meio da tradição marxista na área.

Alves (2018) utiliza de *Silva e Stampa (2015)* (p.133) para dissertar sobre as opressões vivenciadas pelos assistentes sociais que buscavam romper com a lógica conservadora no período ditatorial no Brasil, ressaltando que esses profissionais tiveram até mesmo seu exercício profissional violado e explicitou por meio de entrevista realizada com uma Assistente Social:

Vínhamos de um processo de organização, de luta, de formação, desde o final dos anos 60 do século passado. Desse ponto de vista, quero demarcar, sim, o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. Há que destacar a dificuldade que o pensamento crítico norteador desse movimento teve de se introduzir no Brasil, exatamente porque fomos presas, vivemos a clandestinidade, fomos apanhadas em 1964 pelo golpe, pela Ditadura Militar, mas estávamos com os elementos postos, apontando para aquilo que viria a ser a direção que assumimos no III Congresso de Serviço Social. (Entrevistada A) (Alves, 2018. p. 133).

Desse modo, evidencia-se na obra em questão a ação do Estado e dos aparelhos de censura durante o período em questão para limitar, privar a liberdade e punir os assistentes sociais que se manifestaram contra os absurdos daquela época, mas também por adotarem uma perspectiva teórico-metodológica que rompesse com o viés conservador. É destacado também a perseguição aos movimentos sociais, aos universitários, às pessoas de esquerda e aos comunistas, além da deturpação do que seria o comunismo em si até os dias atuais, por meio da narrativa do fantasma do comunismo.

Para com as mulheres, essa perseguição e opressão foram maiores em virtude da estrutura patriarcal e classista do Estado brasileiro. As assistentes sociais e estudantes foram atravessadas por censuras, prisões, torturas, negação de direitos sociais e profissionais, além de serem vistas na sociedade como subversivas, perigosas e clandestinas. Alves (2018) ainda ressalta que as vozes dessas mulheres assistentes sociais e ativistas pouco foram ouvidas e que há a necessidade de se olhar para essas trajetórias e compreender a importância e resistência delas, tendo em vista que por meio da luta delas o Serviço Social brasileiro alcançou novos horizontes.

Por conseguinte, Carvalho (2025) debate sobre como as temáticas relacionadas a gênero e feminismos no Serviço Social ficam em segundo plano em comparação às discussões sobre classe, e que esse cenário vem sendo mudado aos poucos dentro da profissão e área de pesquisa. Carvalho (2025, p. 96), sob a perspectiva de Lole, cita algumas transformações focadas na ampliação do debate de gênero no âmbito do Serviço Social e nas instituições de referência da categoria, que são: “a revisão do Código de Ética do Serviço Social no ano de

2011; a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de classe social, gênero, raça/etnia, geração, diversidade sexual e Serviço Social pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)”.

No contexto de pioneirismo no debate de gênero em uma lógica feminista dentro da profissão, destaca-se também a assistente social Suely Gomes Costa, nascida em 1938, que atuou na saúde, principalmente alinhada à saúde reprodutiva das mulheres, como também a uma perspectiva interseccional de gênero, raça, classe etc (Carvalho, 2025).

Suely pautava sobre a saúde reprodutiva das mulheres e via nesse panorama elementos que até então não eram debatidos na época, como a não vontade de algumas mulheres de gestar, a desigualdade entre as mulheres brancas e negras quanto a condição de gestante e usuárias da saúde, a transferência de cuidados de uma mulher para a outra em relação a casa e filhos quando a primeira precisa sair do âmbito da casa, seja para trabalhar e etc, onde a figura da mulher preta vai ser presente, sendo a empregada doméstica ou babá, para que a outra pessoa (em sua maioria branca) tenha sua autonomia.

Com isso, Suely alavancou debates que até então não eram abordados na época e quebrou barreiras trazendo à tona as vozes e questões que perpassavam a vida das mulheres.

Imprimir tais posicionamentos feministas em seu exercício profissional foi primordial para internalizarmos, enquanto assistentes sociais, de que o “chão histórico” onde se constrói nossa experiência profissional é o das “lutas pelos direitos sociais” (Costa, 2004). É importante ressaltar que o movimento que Suely Gomes Costa fez ao atrelar o seu ativismo feminista ao seu exercício profissional e à sua produção teórica foi revolucionário; pois mostra que a crença de Kleba Lisboa (2010) de que há desencontros entre os estudos do Serviço Social e feministas não deve ser generalizada (Carvalho, 2025. p. 109).

Medeiros (2025) aponta outra figura importante para o debate de gênero no Serviço Social, sendo ela Suely de Souza Almeida, que nasceu em 1956, se tornando assistente social aos 21 (vinte e um) anos. Suely vivenciou o período histórico da ditadura militar e destacava a repressão sofrida pelo movimento estudantil, principalmente na UnB, em Brasília. Ela debatia também a mudança teórico-metodológica da profissão em razão do movimento de Reconceituação.

Suely atuou como assistente social em delegacia policial no Rio de Janeiro e se interessou pelos estudos acerca da violência doméstica sofrida pelas mulheres, se aproximando também de movimentos feministas através de encontros que participava. Visto isso, ela foi primordial para dar início às pesquisas voltadas a temáticas sobre a segurança da mulher, violência, e feminicídio, sendo esse conceito trazido por ela na década de 1990.

A partir do estudo de vinte e nove processos-crimes de homicídios e de tentativas de homicídios, que ocorreram entre cônjuges ou companheiros, em tramitação nos quatro Tribunais do Júri do Rio de Janeiro, e da observação de júris populares, nos primeiros semestres dos anos de 1996 e 1997, Suely, introduziu, no Brasil, o conceito de femicídio, para explicitar a não-acidentalidade da morte violenta de mulheres e para nomear o caráter sexista dos crimes conjugais. Nessa produção Suely, também problematiza a categoria violência doméstica, a partir da discussão sobre o público x privado, partindo da premissa de que esses termos são dimensões da vida social, com fronteiras fluidas, estabelecidas por tensões e ambiguidades, e manipuladas que, em síntese, constituem um determinado modelo de sociedade (Almeida, 1998). (Medeiros, 2025. p.143).

É notório que apesar do Serviço Social ter sido materializado inicialmente como uma profissão de caráter conservador, onde debates como gênero e direitos das mulheres não eram realizados, houve uma intenção de ruptura desses entraves através de profissionais como as duas Suely, que exerceram papel fundamental para abrir caminhos para o avanço dos feminismos e discussões acerca de gênero no âmbito da profissão. Esse pioneirismo reverbera atualmente, na necessidade de constantemente reafirmar a centralidade estrutural do racismo-sexismo para a construção das desigualdades na sociedade capitalista brasileira.

CAPÍTULO 3 - SOLIDÃO DA MULHER NEGRA E O DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL

3.1. Análise interseccional das pesquisas sobre solidão da mulher negra nas Ciências Humanas e Sociais

A partir da pesquisa bibliográfica, por meio de bancos de dados como das páginas eletrônicas google acadêmico, BDTD e scielo, foi realizado o levantamento de pesquisas com o enfoque na solidão da mulher negra. Por meio das palavras-chaves: solidão da mulher negra, mulher negra, racismo, interseccionalidade e afetividade, buscaram-se artigos, dissertações e teses (tabelas em Anexo) que se aproximassem do tema. Ao todo foram localizados em maio de 2025, 33 trabalhos das áreas das Ciências Humanas e Sociais, entre teses, dissertações e artigos que tratavam sobre a vivência de mulheres negras.

Apesar do número considerável de pesquisas realizadas de meados de 2008 até 2025, com temas relacionados às palavras-chaves estipuladas, notou-se a aproximação específica da temática da solidão da mulher negra em aproximadamente 11 (onze) delas, sendo das áreas de Ciências Sociais e Humanas: Sociologia, Serviço Social, Psicologia, Direito e Artes Cênicas.

Nas áreas das Ciências Humanas e Sociais foram selecionadas 8 (oito) obras, dentre as 27 (vinte e sete) encontradas, sendo 1 (uma) da Sociologia, 3 (três) das Ciências Sociais, 2 (duas) da Psicologia, 1 (uma) do Direito e 1 (uma) das Artes Cênicas. As obras estão divididas em 2 (dois) artigos, 4 (quatro) dissertações e 2 (duas) teses. Todas as pesquisas foram realizadas por mulheres, possuindo 7 (sete) com análise qualitativa e 1 (uma) com análise empírica. O marco histórico das obras vai de 2008 a 2025.

No âmbito da Sociologia, através da tese de doutorado de Bruna Cristina Jaquette Pereira (2019), intitulada como “Dengos e zangas das mulheres-moringa: vivências afetivo-sexuais de mulheres negras”, é possível visualizar o adentramento na temática da solidão da mulher negra, onde a autora trata sobre as relações afetivas-sexuais das mulheres negras a partir de uma análise interseccional de raça e gênero, partindo do pressuposto de que essas relações não ocorrem exclusivamente por questões de escolhas pessoais.

A pesquisadora levanta em sua obra a efervescência do debate da solidão da mulher negra no meio digital no ano em que realizou o estudo, como também a força dessa expressão no seio dos movimentos de mulheres negras. Pereira (2019) traz também, em sua análise, certa dificuldade de legitimação desse discurso na esfera pública, visto que no senso comum,

a afetividade é um espaço da intimidade das pessoas, não tendo correlações com aspectos sociais, porém, nota-se que há sim um vínculo entre aspectos sócio-históricos no Brasil e como as mulheres negras se relacionam e como os outros se relacionam com elas.

Pereira (2019) também se utiliza das autoras *Souza (2008)* e *Pacheco (2008)* para aprofundar o assunto, visto que não há muitas publicações científicas que abarquem essa temática. Ela levanta ainda o fato de que as pesquisas sobre a afetividade das mulheres negras são tratadas em uma perspectiva heteronormativa, não adentrando os relacionamentos de mulheres negras com outras mulheres.

A autora prossegue trazendo aspectos da influência da modernidade, no âmbito da Sociologia e da Antropologia, no modo das pessoas se relacionarem a partir dos processos coloniais.

A modernidade instituiu um novo padrão de relações de gênero, com o reforço e rearticulação das ideias de diferença sexual e de heterossexualidade compulsória. Mudanças no significado da maternidade e do casamento e transformações na maneira como se concebe a divisão sexual do trabalho ajudaram a cimentar os direitos dos homens sobre as mulheres, além de viabilizar a apropriação sistemática, por parte deles, do trabalho material, emocional, sexual e simbólico desenvolvido por elas (CURIEL, 2013; MCCLINTOCK, 2010; PATEMAN, 1988; RICH, 2012). Para a figura modelar do casal heterossexual, a associação do feminino à emotividade e a transformação do amor romântico no caminho privilegiado de subjetivação das mulheres contribuíram para naturalizar a subordinação da esposa ao marido, consolidando o alijamento da mulher "respeitável" – branca, de classe média – do espaço público, confinando-a ao lar (GIDDENS, 1993; MCCLINTOCK, 2010; ZANELLO, 2018) (Pereira, 2019. p. 14).

Visto esse processo, as relações afetivas remodeladas pela modernidade contribuíram para a posição de subalternidade das mulheres em relação aos homens, potencializando a opressão e subordinação das mulheres negras, visto que essas são atravessadas pelo sexismo/machismo e racismo. Nesse sentido, a legitimação da opressão de homens para com as mulheres, possibilitou um imaginário social de afetividade segregado para mulheres brancas e para mulheres negras, sendo esse último pautado em preconceito, hipersexualização, abusos diversos e desumanização.

Em contrapartida, Pereira (2019) aponta também o contexto da pós-modernidade para o âmbito afetivo, ressaltando que nesse momento histórico as relações afetivas apresentam características mais livres, sendo o envolvimento romântico baseado em “equidade entre trocas emocionais do par” (p. 16). Apesar desse fato, destaca-se que as correlações de coerção e poder na sociedade ainda exercem influência na maneira que a afetividade se expressa em sociedade.

No Brasil, é indicado pela pesquisadora que a miscigenação favoreceu o mito da democracia racial, pois se tinha como argumento que um país com casais interracializados não poderia ser racista: “O pressuposto é: o sexo ou a união afetiva iguala cada integrante o par quanto ao status racial, ou ainda, as relações inter-raciais só são possíveis em contextos sociais nos quais as divisões e a hierarquização racial estão ausentes ou enfraquecidas” (Pereira, 2019. p. 19). Com vistas a derrubar essa falácia, a autora também recorre a Berquó (1987) (como feito por outras pesquisadoras citadas nesta pesquisa), para demonstrar que esse mito de democracia racial falha quando se olha para o número de matrimônios de mulheres negras no Brasil, já que os homens negros se casam majoritariamente com mulheres brancas.

Neste sentido, verifica-se que das mulheres pretas, 33% estão casadas com homens mais claros, sendo 10,9% com homens brancos, e 22,1% com pardos. Por outro lado, dos homens pretos, 41% têm mulheres mais claras, sendo 13,0% brancas e 28,0% pardas.

Ou seja, estes dados estão a indicar que a miscigenação tendente ao embranquecimento é mais acentuada por parte dos homens.

O excedente de mulheres brancas, já mencionado anteriormente, leva as mulheres pretas a verem o seu mercado matrimonial de pretos reduzido pela concorrência das brancas e também das pardas, o que pode explicar o declínio acentuado por que vem passando a população preta no país (Berquó, 1987. p. 34, 35).

Sob essa ótica, a investigadora mostra que os movimentos sociais de mulheres negras têm apostado na politização do amor:

A atuação dos movimentos sociais prioriza questões relacionadas ao mercado de trabalho e acesso à educação, mas estende-se também ao âmbito afetivo-sexual. Em contraponto ao desejo pelo par branco, o ativismo – e, sobretudo, as ativistas e intelectuais negras – têm enfatizado a necessidade de se politizar o amor (FLAUZINA, 2015) e de se construir representações positivas sobre o vínculo entre pessoas negras, combatendo assim a desvalorização estética das mulheres negras e as imagens que as retratam como hipersexualizadas (Pereira, 2019. p. 20).

Visto esse panorama que a pesquisadora traz em sua obra, ela realizou entrevistas com mulheres negras a fim de localizar a interseccionalidade de gênero e raça nas relações afetivas das entrevistadas. A partir dessas entrevistas, Pereira (2019) destaca que as mulheres apontavam situações desde a infância que as colocavam em lugar de inferioridade dentro do gênero feminino em virtude de sua raça, reforçando a lógica de que o afeto, a doçura e a fragilidade estariam destinadas às mulheres brancas. Além disso, destaca-se no estudo o enraizamento de um pensamento negativo da feminilidade e da sexualidade da mulher negra, sendo perpassado pelas famílias, que exerciam uma instrução de como deveriam se portar, mediante um modelo padrão de mulher universal, sendo esse o das mulheres brancas.

Sobre as relações inter-raciais das mulheres negras, mostra-se que ao se envolverem com o par branco (que em sua maioria utiliza-se da relação para hipersexualizar essas mulheres e não assumir compromissos com elas), precisam doar-se mais nesse vínculo, já que seu status social é menor e devem compensar o fato do homem branco aceitar essa conexão. Mulheres que romperam essa posição de solidão afetiva, se relacionando com pares negros apresentam uma relação mais pautada no combate ao racismo, porém, ainda assim, com o rompimento de uma lógica inter-racial conjugal, essas mulheres acabam majoritariamente sendo mães solo em razão das fragilidades de vínculos afetivos que possuem.

Nesse cenário, Pereira (2019) conclui que, apesar dessa posição de subalternidade da mulher negra na vida social, e neste caso na vida afetiva, por meio do movimento antirracista essas mulheres conseguem desviar de certa forma dos impactos da branquitude em suas relações afetivas, principalmente com as pessoas brancas. Apesar desses avanços, é ressaltado que esse processo de mudança de olhar para com a feminilidade negra e sua subjetividade ainda caminha em meio a estrutura hegemônica, e a partir da pesquisa a interseccionalidade entre raça e gênero é ressaltada no âmbito da intimidade das mulheres negras.

Com relação a isso, mediante uma perspectiva das Ciências Sociais, através da tese “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia” de Ana Cláudia Lemos Pacheco (2008), é apontado pela pesquisadora que no ano de 2005 saiu uma matéria da revista Veja, intitulada “Capitais da Solidão”, que tinha como conteúdo a quantidade de mulheres sozinhas nas cidades do Brasil. Foi destacado nessa matéria que o estado da Bahia possuía o maior contingente de mulheres sozinhas.

A autora afirma que na matéria em questão, ao tratarem sobre a solidão da mulher na Bahia, anexaram a fotografia de uma mulher negra, mesmo raça não sendo um dado abordado no texto jornalístico, o que ocasionou a curiosidade de Pacheco (2008). Nesse rumo, a pesquisadora recorre a Berquó em sua pesquisa demográfica da década de 1980, na qual a interseccionalidade de raça, gênero, idade é trazida para analisar os matrimônios, ressaltando o fato de as mulheres negras possuírem maior dificuldade para encontrar um esposo (novamente um enfoque em relações afetivas heteronormativas), se comparado às mulheres não negras.

Pacheco (2008) destaca a necessidade de analisar esse dado sobre a solidão das mulheres na Bahia, tendo como princípio que são em sua maioria mulheres negras, a partir do contexto sócio-histórico que perpassa a vivência dessa população. Além disso, ela aponta as especificidades de Salvador - BA, como sendo um território composto de 80% de pessoas

negras (no contexto do ano de 2002). É destacado nesse cenário a influência da miscigenação na sociedade brasileira, principalmente em virtude da ação do homem negro para se relacionar com mulheres brancas.

Tais práticas culturais e históricas não podem ser analisadas sem levar em consideração a forte influência dos fatores racial e de gênero na regulação das escolhas afetivas. Sendo assim, as experiências afetivas das mulheres negras de Salvador não podem ser (des)corporificadas, para utilizar um vocabulário “cientificamente correto”, de um contexto específico, no qual as relações de dominação, leiam-se entre negros e brancos, homens e mulheres formaram a base de sua constituição. Foi sobre os corpos negros de homens e, especialmente, das mulheres que, no processo de escravidão e pós-abolição, ergueram-se grandes empreendimentos da máquina colonizadora, como afirma Moutinho¹⁸, materializados no “macho branco colonizador e colonizado no poder” (Pacheco, 2008. p. 10).

A pesquisadora recorre a *bell hooks* e *Lélia Gonzalez* para tratar sobre a coisificação e a relação animalésca que foi atribuída às mulheres negras na era colonial, pontuando a subordinação dessas pessoas em detrimento aos senhores e senhoras brancas daquele período, sinalizando que não reconhecer essas ideologias de dominação racial e sexual nas práticas sociais e vivências afetivas e interpessoais no Brasil é custoso às mulheres negras, visto que vivenciam na pele os efeitos das convicções racistas e sexistas, sendo essas concepções muitas vezes não desveladas como projeto do grupo hegemônico da sociedade. São ressaltados ainda na pesquisa os estereótipos atribuídos às mulheres negras em efeito à colonização, como o de “[...] empregada doméstica, a criada e a ama-de-leite” (Pacheco, 2008. p. 12).

Por conseguinte, é trazida a ótica da modernidade e o acometimento da solidão em decorrência das mudanças ocasionadas por esse período das transformações ocidentais. A pesquisadora se utiliza de alguns autores da Sociologia para tratar sobre a solidão no mundo moderno e as teorias convergem na análise de que os indivíduos tendem a ficar sozinhos nesse panorama. Pacheco (2008) conduz para a modernidade os debates feministas e as mudanças para o público feminino em relação à vida social. Aponta também as mudanças de categorias como família, casamento, relações conjugais, relação com o próprio corpo no decorrer do século XX. Apesar dessas mudanças, a autora complementa que ainda para as mulheres, a relação amorosa apresenta caráter romantizado.

É trazida a noção de que o movimento feminista lutou por aspectos da vida social das mulheres que rompessem com antigos mecanismos de controle dos corpos, como o celibato, a liberdade sexual e uma certa solidão para as mulheres decidirem como e se vão se relacionar com o outro. Ainda assim, Pacheco (2008) esclarece a ideia de que através da pesquisa sobre

a solidão das mulheres negras, essa perspectiva da solidão como conquista das feministas é pontuada mediante as dinâmicas sócio-históricas que atravessam as mulheres não brancas.

A autora se utilizou de pesquisa com dois grupos de mulheres negras, sendo essas mulheres engajadas em movimentos sociais ligados a raça e gênero, e outras que não possuíam esse engajamento. A pesquisadora teve como intuito compreender a solidão de ambos os grupos no âmbito afetivo-sexual, partindo de uma análise interseccional de raça e gênero.

A cientista captou que as relações afetivas analisadas na pesquisa eram atravessadas por questões de classe, gênero e raça. Nota-se que as mulheres negras pontuaram que desde o conjunto familiar, observaram que as famílias negras eram destinadas a serviços braçais, principalmente os homens, e as mulheres primordialmente a trabalhos domésticos, ambos com má remuneração. Não obstante a posição de subalternidade dessas mulheres, Pacheco (2008) percebeu que elas buscaram formas de não perpetuar esse ciclo de subordinação, através do estudo e do trabalho, encontram uma maneira de romper com a lógica que era reservada a elas, ressaltando a importância do trabalho anterior de seus antepassados, umas apresentando maiores oportunidades em relação às outras. “Todas desafiaram as hierarquias sociais prescritas historicamente. As ativistas, através da política e as não-ativistas, recriando novas relações sociais construídas em outros contextos” (Pacheco, 2008. p. 292).

É evidenciado que as mulheres negras ativistas, como também as não ativistas, enxergam em seus corpos um fator fundamental para o desenrolar ou não da dinâmica afetiva-sexual em suas vidas. No campo das ativistas, é destacado por elas que identificaram desde a infância o preterimento de meninas como elas, e a preferência por jovens de pele clara e magras pelos homens brancos ou negros, fator esse que propiciou o deterioramento da autoestima dessas desde a juventude. Entretanto, essa depreciação de si mesma foi modificada e cooptada pela politização dessas mulheres ativistas, onde agora eram vistas como “corpos revoltados” (Pacheco, 2008). As ativistas alegam que mesmo politizadas e dotadas de conscientização quanto a seu lugar na sociedade, continuam a vivenciar a solidão afetiva, tendo em vista que os homens politizados e não politizados acreditam que mulheres engajadas em movimentos sociais são rebeldes e agressivas, preferindo mulheres fora do meio político e de mobilizações sociais.

No âmbito das mulheres não ativistas, a solidão afetiva vem demarcada principalmente por conta do gênero e da classe, pois desde cedo são marcadas pela pobreza, e perpassadas

pela poligamia dos seus companheiros e o abandono por parte deles, sendo muitas a figura de mãe e pai para os filhos, tendo a chefia do núcleo familiar para si, as denominadas mães solo.

Sendo assim, posso afirmar que as escolhas afetivas das mulheres negras e pobres foram orquestradas ao tom das hierarquias do gênero, vivenciado através de noções de paternidade/masculinidade; feminilidade/abandono; chefiafeminina/matricentralidade, poligamia/troca de parceiros; perfiladas por classe: pobreza feminina e masculina; o que confirma boa parte das pesquisas que ressaltam a precariedade das condições de trabalho das chefes de família, em sua maioria, negras⁴¹⁴. Essas categorias interseccionadas pelo gênero foram percebidas como organizadoras da instabilidade afetiva das mulheres negras e pobres com os seus parceiros, também, negros e pobres. Tal modelo familiar, de mulheres negras e pobres, chefiando seus grupos domésticos, sozinhas, sem parceiros fixos, na Bahia, é visto como um enigma ainda a ser decifrado (Pacheco, 2008. p. 296).

Nesse sentido, a pesquisadora adentrou no termo solidão para essas mulheres, buscando compreender o que esse conceito significava para essas entrevistadas. Para as ativistas, a solidão estava atrelada à falta de um companheiro de maneira estável e à fragilidade no âmbito afetivo, mas para além disso, foi compreendida como “[...]ausência de companheirismo, solidariedade, respeito, igualdade; em amor ideal, romantismo e completude” (Pacheco, 2008. p. 299). Na perspectiva das não ativistas, foi trazida também a noção de solidão vinculada a ausência do par afetivo, mas também foi colocada em um espaço que abarcava outros elementos da vida social, como trabalho, relações sociais, abandono, raça etc.

Apesar dessa solidão ser primariamente uma situação ruim, essas mulheres transformaram esse elemento em formas de resistência, como através da militância, redes de apoio, no trabalho, família, na liberdade, na religião.

A solidão foi lida, na maioria das vezes, por essas mulheres, como um signo de libertação e não de submissão como quer o “feminismo” descontextualizado, que insiste em negar as diversas experiências (sociais e afetivas) dos sujeitos e de seus corpos, que nem sempre são “brancos de classe média e heterossexual”. A solidão é uma categoria ambígua, circulante. Ela é um signo “público” no dizer de Geertz⁴¹⁵, informa diversas relações de dominação, constituídas nas histórias dos corpos negros-femininos, jovens, pobres, idosos, sexuais, gordos, magros, escuros, claros, masculinizados, feminilizados, explorados, assediados, violados, disciplinado e revoltado! Como demonstra Michele Rosaldo⁴¹⁶, as emoções são *embodied thoughts*, isto é, pensamentos incorporados. As mulheres negras (nós) têm muito que desafiar o imaginário social: “branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar” (Pacheco, 2008. p. 301).

Claudete Alves da Silva Souza (2008) aborda também sobre a solidão da mulher negra em sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais, intitulada “A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo”. A pesquisadora adentrou a solidão da mulher negra no âmbito afetivo-sexual, principalmente

pelo preterimento dos homens negros para com elas. Souza (2008) realizou três etapas em seu estudo, sendo a primeira: a observação de casais inter-raciais homens e mulheres e a estimativa deles em quantidade, em locais diversos na cidade de São Paulo, a segunda etapa: aplicação de questionário através das observações da primeira etapa, quando 62 mulheres participaram e a terceira etapa: um grupo focal com 11 mulheres negras, no intuito do compartilhamento de informações acerca da temática da pesquisa.

A autora pontua que as mulheres negras não estão inseridas na fantasia amorosa do príncipe encantado, visto que os príncipes são destinados às mulheres brancas, e os padrões identitários são permeados por características brancas, o que foge da imagem feminina negra. Apesar disso, Souza mostra que ao se engajarem em movimentos sociais voltados para o público negro, em especial o de mulheres, padrões hegemônicos de condutas, estereótipos, estética e cultura são quebrados, e vai se dando o fortalecimento de uma identidade própria das mulheres negras.

A mulher negra contemporânea, tal qual seus pares do início do século, vivencia uma história que correlaciona identidade e solidão.

Identidade por conta do direito de ser, estar. Ser negra, estar inserida, pertencer, além de si mesma, a outrem. Ser negra e vivenciar a sua negritude, permitindo-se estar em uma condição de pertencimento nos jogos amorosos e de sedução.

Solidão, porque, paradoxalmente, quanto maior for sua percepção ontogenética, maior será seu distanciamento de uma relação que não lhe permite ser, que não a reconhece como igual. Na interlocução entre os pares há uma acentuada assimetria uma vez que, pela lente do amor, seus atributos não se enquadram nos estereótipos midiáticos requeridos (Souza, 2008. p. 116, 117).

Outra autora da Ciências Sociais, na pós-graduação em estudos étnicos e africanos que aborda a solidão da mulher negra é Ariane Moreira de Senna (2021), em Salvador - BA, através da dissertação “A Solidão da Mulher Trans, Negra e Periférica: uma (auto)etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal”. A pesquisadora aponta em seu estudo a solidão da mulher trans e travesti, negra e pobre, partindo de uma autoetnografia, utilizando assim sua própria história para adentrar o debate. Em sua pesquisa foram realizadas etnografias com outras mulheres trans e travestis negras da periferia da Bahia, no intuito de romper com a neutralidade do discurso.

Sem rodeios, parto da ideia de que a solidão vivida por Mulheres Trans e Travestis negras e periféricas não se resume apenas à conjugalidade ou as relações sexuais, mas à falta de uma rede de afetos e barreiras a que nós - Mulheres Trans e Travestis - estamos submetidas e que perpassam uma série de instituições a começar pela família, mas também pelo Estado, a escola, a religião, o trabalho etc., articulando diferentes eixos de subordinação (CRENSHAW, 2002), como o gênero, a raça, a classe e o território, dessa forma, não se resumindo também apenas à afetividade (Senna, 2021. p. 12, 13).

Senna discorre sobre a dificuldade de escrever sobre a própria história como mulher dentro dos moldes da academia, além do grande preconceito e das barreiras para mulheres trans e travestis em uma sociedade cisheteropatriarcal e transfóbica. A autora discorre também sobre o amor destinado a si próprio, que é uma categoria muito negada e ensinada a elas que não se merece, visto que os opressores corroboram para essa lógica de exclusão dessas mulheres trans e travestis. Senna prossegue trazendo a perspectiva da solidão da mulher negra trans e travesti ser diferente da solidão das mulheres brancas cis e mulheres negras cis, visto que o primeiro grupo passa por violências mais extremas em favor da identidade de gênero, raça e classe.

Mas, a solidão da Mulher Trans negra e periférica é aquela que não se iguala nem a da Mulher cis branca e nem a da Mulher cis negra. Ao mesmo tempo, ela se apresenta como uma somatória das duas, com uma pitada a mais de intensificação, pois é uma solidão de exclusão social, de uma hipersexualização exacerbada para com os nossos corpos, um tipo de solidão que perpassa pela questão do gênero (ser Mulher Trans), da raça (ser negra) e periférica (moradora de bairros populosos e, em sua maioria, habitados por pessoas pobres). É a solidão imposta socialmente por todas as esferas, sejam elas por pessoas negras ou brancas, jovens ou idosas, do gênero masculino ou feminino. Podemos dizer que a solidão da Mulher Trans negra e periférica apresenta-se também por duas grandes esferas. Por um lado, ela representa o que Pacheco (2013) apontou como “A [...] dor, sofrimento, abandono, realização, liberdade, escolha, alegria, satisfação, decepção, medo, felicidade, infelicidade, amor eterno, ilusão e preconceito.” (PACHECO, 2013, p. 336), conforme é descrito nas narrativas de Thalita Thábata e Malévola e por outro lado, a solidão representa a positividade, o empoderamento, o direito de ir e vir sem ser controlada, conforme apontam as narrativas de Aloma (Senna, 2021, p. 162).

A autora traz elementos sobre a solidão ser também um elemento de resistência quanto aos lugares de subordinação em vários âmbitos da vida social das mulheres trans e travestis. Posto isso, Senna (2021) ressalta que o estar sozinha é preferível do que se sentir sozinha, visto as relações degradantes que são direcionadas a essas mulheres trans e travestis dentro de uma sociedade preconceituosa, hipersexualizante e transfóbica.

Ela segue abordando o fato de a solidão da mulher trans e travesti começar em camadas individuais e intimistas da vida social, como a família e as redes sociais, mas que é legitimada e auxiliada pelo Estado, através do não acesso à escola, moradia, lazer, políticas sociais etc. Destaca-se ainda o fato dessas mulheres serem brutalmente assassinadas posteriormente pela rede de pessoas em que elas se inserem, podendo ser um familiar, amigos, ou clientes, visto que a maioria delas ainda se inserem na prostituição devido ao não acesso a renda e trabalho. Outro aspecto levantado pela pesquisadora é o do lugar de fala, ela argumenta que sempre a sociedade as convida para falar e outros falam por elas, reduzindo-as

a um mesmo discurso, não considerando sua vivência trans e não as enxergando como cidadãs, estudantes e pessoas com qualidades diversas.

No ramo da psicologia, foram encontrados dois artigos em que se discutia a solidão da mulher negra, sendo eles “Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura” de Tâhcita Medrado Mizael, Sarah Carolinne Vasconcelos Barrozo e Maria Helena Leite Hunziker (2021) e “Experiências de solidão da mulher negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro” de Camilla Gabrielle Gomes Vieira (2021). A primeira obra é uma revisão da literatura sobre a solidão da mulher negra, onde as autoras buscaram em banco de dados online de trabalhos científicos, as palavras-chaves: solidão da mulher negra/preta e rejeição da mulher negra/preta”. Já o segundo trabalho segue a perspectiva da análise do âmbito afetivo-sexual das mulheres negras a partir da interseccionalidade, utilizando estudos de feministas negras, principalmente Pacheco (2008) e Souza (2008).

Apesar de ambos os trabalhos trazerem a noção afetiva-sexual, Mizael, Barrozo e Hunziker (2021) apontam características que encontraram em outros estudos sobre a solidão de mulheres negras, como a solidão no mundo do trabalho, na infância, nas influências das mídias, nas escolas, no sistema carcerário etc.

Assim, as autoras partem de uma concepção de solidão com múltiplos sentidos (pessoa que foi abandonada por outra, pessoa sem laços afetivos com outras que estão por perto) e chegam nos dados sobre mulheres sós, sem parceiros homens, declarando que tal solidão é fruto de ideias racistas e machistas, que colocam a mulher negra como um instrumento servil sem mente, cuja única função é subserviente, seja no sentido sexual, seja no sentido do trabalho doméstico. Ainda, são vistas como menos atraentes por estarem longe dos ideais de feminilidade brancos (Mizael; Barrozo; Hunziker, 2021. p. 27).

As pesquisadoras analisam que majoritariamente nos poucos estudos encontrados sobre a solidão da mulher negra, a categoria afetiva-sexual é apontada, evidenciando todo o contexto sócio-histórico do Brasil e a pirâmide de dominação social e racial no território. Mas para além disso, encontraram também pesquisas que relacionam a solidão a outros aspectos da vida social, como abandono, exclusão social, falta de amizades, não acesso a serviços e empregos. É destacado também o fato de os homens negros preferirem se relacionar com mulheres brancas em todas as pesquisas, onde Mizael, Barrozo e Hunziker (2021) debatem sobre esses homens também serem produtos da sociedade e cultura em que estão inseridos, e devem ter suas condutas analisadas mediante também ao contexto sócio-histórico, não sendo culpabilizados como a origem do preterimento às mulheres negras.

Vieira (2021) segue uma análise em proximidade as autoras da sociologia e das ciências sociais aqui citadas, trazendo o olhar para as afetividades (ou não afetividades) das

mulheres negras, ressaltando os rebatimentos desses acontecimentos na saúde mental delas, trazendo a noção de que outros espaços e grupos da vida social podem auxiliar nas conexões e afastar a solidão que permeia a vida dessas mulheres.

bell hooks (2000) expõe que a sociedade não propicia garantia de direitos às mulheres negras para que possam viver plenamente nos âmbitos objetivo e subjetivo e reconhece as dificuldades cotidianas em sobreviver e cuidar da sobrevivência da família. Entretanto, traz a urgência da presença do amor na vida e nos lares das mulheres negras, no sentido do amor que não se restringe apenas ao afetivossexual, mas que também abarque a amplitude das vivências de amor, como o autoamor, amor ao *ethos* e amor à família (Vieira, 2021. p. 308).

Na área do Direito, Julia dos Santos Drummond (2019), traz em sua dissertação de mestrado, intitulada “Casamento e mulheres negras: leis versus demandas”, o questionamento se o Direito de Família brasileiro abarca as mulheres negras ou não, partindo do pressuposto de que o Direito tem influências europeias, logo, de origens colonizadoras, além de pontuar a trajetória sócio-histórica de subordinação e desigualdades que atravessa as mulheres negras no Brasil. A autora pontua sobre o Brasil pós-escravidão, levando em consideração os rebatimentos na vida da população negra nesse período, ressaltando a desigualdade, o racismo, o embranquecimento social e as políticas racistas da época. Em razão desse panorama, a autora traz para o cerne do debate a afetividade e a solidão das mulheres negras, onde se utiliza das obras de *Pacheco* e *Souza*, como também de *hooks* e *Collins*.

Levando o debate para a área do Direito, Drummond questiona se e como essa área do conhecimento lidou e atuou em favor da população negra, em especial das mulheres negras, visto que é um setor que foi conivente com o período escravocrata.

A realidade social das mulheres negras no Brasil é dura, considerando não apenas a questão da afetividade, mas também das condições de trabalho, educação e renda. A necessidade de abordagem pela academia e, mais ainda, pelo direito, é premente, pois não há uma cultura nos cursos de direito em tratar de temas tão caros ao cotidiano de cidadãos e cidadãs com o recorte de raça e gênero (Drummond, 2019. p. 15).

A pesquisadora utilizou como metodologia de pesquisa: levantamento bibliográfico e formulário online com perguntas relacionadas à afetividade, questões familiares e acesso à justiça para as mulheres negras responderem. Drummond sinaliza que o Direito de Família ainda não atende de forma completa as demandas das mulheres negras, apesar delas apresentarem vivências e especificidades particulares em relação ao que é família para si próprias.

A coleta de dados indicou que muitas mulheres apreciam a instituição casamento pelo que ele se mostra simbolicamente e judicialmente, mas que o casamento também pode ser um

espaço de entraves para a liberdade feminina, visto a lógica machista da sociedade. Além disso, as mulheres participantes demonstraram o desejo de ter filhos, vinculado a uma realização afetiva, porém sentem receio visto a conjuntura racista em que o Brasil se insere, temendo que seus futuros filhos sofram preconceito.

Acerca do acesso à Justiça, as mulheres entrevistadas relataram experiências em suma positivas, embora ainda existam desigualdades e barreiras de forma razoável. Drummond finaliza destacando que sua pesquisa reforça a importância de visualizar o Direito de forma interseccional, trazendo categorias como gênero, raça e classe para o debate, que refletem incisivamente nas vivências afetivas e jurídicas das mulheres negras no Brasil.

Dando prosseguimento para a área das Artes Cênicas, Fernanda Rafaela Silva Costa (2025) situa a solidão da mulher negra em sua dissertação, intitulada “Alugam-se escoras e andaimes: uma análise poética sobre afetividade e solidão de uma mulher negra”, onde a autora parte de uma pesquisa-criação, que consiste na articulação entre arte e debate sobre a solidão da mulher negra, partindo do lugar de fala da pesquisadora que é uma mulher negra e gorda. Costa aponta como é difícil ir contra a lógica hegemônica da academia, que tem seus valores da branquitude, para fazer uma escrita sobre si, visto que ocupa o lugar mais baixo da pirâmide social sendo mulher negra.

A pesquisadora discorre sobre a solidão da mulher negra em suas relações afetivas e em relação à construção do próprio gênero por meio de autoras como Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Frantz Fanon². Costa (2025) enfatiza o espaço das artes para expor essas contradições que atravessam as mulheres negras, e se utiliza do teatro para exprimir sua obra que se vincula a denúncia das questões interseccionais que a atravessam, como também a outras mulheres não brancas e fora dos padrões considerados universais.

A tentativa ao desenrolar o novelo desse experimento no lugar da purificação e da cura é realmente uma necessidade visceral de narrar histórias sobre pessoas negras que não apenas nos cristalizem no lugar da dor e da violência de nossos corpos e de nossas existências. Existe muito mais a ser contado sobre nós e é urgente que associemos pessoas negras a narrativas sobre prosperidade, felicidade e afeto recíproco. Claro que nossos traumas e obstáculos de vida ainda precisam ser enumerados, nomeados e desnudados diante do público, até porque eles seguem presentes e sendo cada dia mais refinados na nossa construção social. Mas eles não devem nos definir (Costa, 2025. p. 73, 74).

² Frantz Fanon (1925–1961), psiquiatra e filósofo político francês e um dos principais revolucionários negros do século XX, dedicou-se a “transformar as vidas dos condenados pelas instituições coloniais e racistas do mundo moderno” (Fanon, 2008, p. 12). Embora não trate diretamente do enfoque desta pesquisa, sua obra é fundamental para compreender as dimensões psicossociais que atravessam a experiência da população negra na contemporaneidade.

A autora conclui a importância de explicar sua voz e vivência por meio da arte, sendo esse ato uma forma de resistência às opressões impostas também pela academia e pela cultura. Costa ressaltava estar cansada como artista, e reflete sobre o cansaço mental e emocional vir primeiro que o físico, enfatizando ainda a dificuldade do cenário em que se insere como artista.

Em síntese, a revisão bibliográfica das pesquisas sobre a solidão da mulher negra nas áreas da Ciências Humanas e Sociais utilizam de uma perspectiva interseccional, fazendo a interconexão principalmente de raça e de gênero, tendo algumas que fazem o recorte de classe e uma que elenca a identidade de gênero como fator essencial para a obra. Majoritariamente os estudos fazem investigação sobre a solidão da mulher negra no âmbito afetivo-sexual, ressaltando que há uma dificuldade na legitimação dessa temática, pois ela é vista como um aspecto intimista e individual da vida social dessas mulheres. Outro fator que é destacado é de que as mulheres negras encontram nos movimentos sociais, no ativismo político, nas redes de apoio, no trabalho e nos estudos um espaço de acolhimento e de ressignificação da solidão.

Algumas pesquisas extrapolam o terreno afetivo e debatem sobre a solidão no panorama da saúde mental, do direito jurídico das mulheres, na inserção das mulheres negras gordas nas artes e na identidade de gênero, ressaltando que somente uma pesquisa tratou sobre mulheres trans negras e pobres. Em suma, notou-se que em todas as pesquisas a construção sócio-histórica do Brasil foi tida como o principal fator que desencadeou e propiciou todas as questões abordadas.

3.2. Solidão da mulher negra como conceito no Serviço Social

Entre as obras pesquisadas (Anexo X), apesar de ter-se encontrado 6 (seis) obras do Serviço Social através das palavras-chaves estipuladas, somente 3 (três) adentraram o panorama acerca da solidão ou abandono da mulher negra. Foram selecionados para a presente análise dois artigos e uma dissertação de mestrado, todos os trabalhos com análise qualitativa e realizados por mulheres. 1 (uma) obra é datada no ano de 2019 e 2 (duas) datadas no ano de 2023.

Amanda C. Ardaia Pereira, Thaily França de Almeida Miranda e Leicy Lucas de Miranda Vitória (2023) trazem a perspectiva do Serviço Social sobre a solidão da mulher negra no artigo “A solidão da mulher negra: a não inserção no mercado de trabalho”. As autoras explicitam a investigação sobre a inserção da mulher negra no mercado de trabalho,

visto aos atravessamentos de raça, classe e gênero que perpassam a vida dessas mulheres. As pesquisadoras ressaltam a necessidade de, ao fazer a discussão de identidades, ser inserida a discussão de classes, principalmente para os assistentes sociais. Como metodologia de pesquisa, as autoras utilizaram de pesquisa qualitativa, através de pesquisas bibliográficas, fazendo uso de uma análise crítica vinculada ao método materialista histórico-dialético, para assim investigar as contradições que se fazem presentes no mundo do trabalho para as mulheres negras.

Em sequência, Pereira, Miranda e Vitória (2023) discorrem sobre a ontologia do trabalho para o ser social, sendo o trabalho categoria fundante para a sociabilidade e para a identidade do ser. Apesar disso, explanam também como o capitalismo se apropria dessa categoria fundante, transformando-a em mercadoria, onde os capitalistas compram e a classe trabalhadora vende para prover sua subsistência. Outro aspecto desse mercado capitalista que as pesquisadoras trazem é o de que existe o trabalho formal, assegurado por leis, normativas e proteções estatais e há o trabalho informal, que não possui as mesmas condições, sendo degradante e explorador para os trabalhadores.

Nesse sentido, as mulheres negras são majoritariamente inseridas nesse panorama de trabalhos informais:

Portanto, é neste cenário de precarização e exploração do trabalho que a mulher negra irá se inserir. Este cenário é resultante de um sistema excludente, segmentado o qual se materializa de diversas formas, uma delas é a discriminação racial, preconceito e racismo. Nas últimas décadas a inserção da mulher negra no mercado de trabalho tem sido marcada por desigualdade de raça e gênero.

Previamente, devemos compreender que as relações de raça e gênero se configuram como marcadores sociais chave na hierarquização das posições que os sujeitos ocupam em uma sociedade cindida em classes.

A exclusão foi estruturada enfatizando o favorecimento do homem em todos os segmentos sociais, o que configura desigualdade de gênero, principalmente no fator empregatício. É necessário relembrar que historicamente, as mulheres receberam um papel de submissão na pirâmide social, enquanto os homens trabalhavam fora, tinham direitos políticos e podiam estudar, as mulheres cuidavam da casa e dos filhos (Pereira; Miranda; Vitória, 2023. p. 4).

As escritoras seguem pontuando as desigualdades de gênero no mundo do trabalho, principalmente para as mulheres negras, visto que até mesmo quando essas possuem acesso aos estudos e qualificações maiores, são destinadas a cargos e salários menores se comparado a homens. Esses acontecimentos na vivência de mulheres negras representam uma mancha de violência e de opressão maior, visto que além de serem diminuídas socialmente em favor do gênero, são perpassadas por questões de raça.

Pereira, Miranda e Vitória (2023) fazem uma contextualização do processo de colonização do Brasil e do pós-abolição, ressaltando que mesmo “livres” as pessoas negras

não possuíam direitos, não receberam nenhuma indenização pela condição de ex-escravizados e não tiveram auxílio do Estado perante a situação de miséria em que foram largados após o “fim” da escravidão. As cientistas pontuam que somente a partir da Constituição de 1934, no governo Vargas, que discussões sobre a garantia de direitos de populações não brancas foram colocadas em pauta, mas deve-se salientar que, essas graduais mudanças só se deram por meio da movimentação social e da luta por direitos sociais da população negra.

É notório que no imaginário social e nas condutas do Estado estão instauradas práticas e políticas racistas, que favorecem o não acesso das pessoas negras e principalmente das mulheres negras às políticas de saúde, educação, trabalho, renda, cultura. Neste momento tratando especificamente das mulheres negras, as autoras traçam um caminho de opressões vivenciadas por essas mulheres antes mesmo que elas adentrem o mundo do trabalho:

Essa trajetória é marcada por privações de permanência no ciclo escolar, este fato pode ser observado na Taxa de Conclusão do Ensino Médio (2019), onde 30% das meninas negras não concluíram essa fase escolar, contra 18,2% de meninas brancas não concluintes. Essas informações expõem uma desigualdade que inicia antes mesmo do primeiro emprego formal, o qual obviamente, se retrata em melhores oportunidades de trabalho e consequentemente em melhores salários (Pereira; Miranda; Vítório, 2023. p. 7).

Evidencia-se assim todo um mecanismo para precarizar o mundo do trabalho para as mulheres negras, submetendo-as a empregos informais, baixa remuneração, preconceitos nos espaços institucionais nos quais se inserem e informalidade. Além disso, ainda há uma estigmatização de que as mulheres devem exercer o serviço doméstico e cuidar dos filhos, aumentando a jornada de trabalho das mulheres no geral e das mulheres negras em particular.

Em continuidade, as pesquisadoras debatem sobre as políticas públicas nas vidas das mulheres negras, momento esse que discorrem sobre o relatório de 2003 do IPEA “Retratos das Desigualdades Gênero e Raça”. No referido relatório, Pereira, Miranda e Vítório (2023, p. 8) localizaram que “mulheres negras tinham menor acesso à educação e estavam inseridas nas posições menos qualificadas do mercado de trabalho”, além de apresentar outros dados acerca do não acesso dessas mulheres a políticas de saúde. Outro fator a se destacar, é o de que no período pandêmico em 2019, as mulheres negras foram as mais atingidas no mundo do trabalho, além de a primeira vítima da Covid-19 ter sido uma empregada doméstica negra. As profissionais do Serviço Social concluem enfatizando a importância das políticas públicas e do amparo do Estado para as mulheres negras, visto as múltiplas expressões da questão social, racial e do patriarcado que as atravessam.

Em continuidade ao debate da solidão da mulher negra no Serviço Social, Irlanne Santiago Lima (2023) em sua dissertação de mestrado “Abandono de mulheres negras encarceradas no conjunto penal feminino de Salvador-BA e o processo de reinserção social”, e Ana Clara Gomes Picolli e Silvana Marta Tumelero (2019) através do artigo “Mulheres e seletividade penal: “raça” e classe no encarceramento feminino”, discorrem sobre a solidão da mulher negra no sistema prisional.

Lima (2023) por meio de um olhar interseccional, buscou analisar o abandono de mulheres negras no sistema prisional de Salvador - BA, seja pela família ou pelo Estado. Esse abandono reflete na não ressocialização dessas mulheres negras em privação de liberdade. A autora reflete como tratar sobre essa realidade é uma quebra de padrões hegemônicos europeus dentro do âmbito acadêmico, sinalizando como “desobediência epistêmica”. Para a materialização desse estudo, a pesquisadora utilizou de revisão bibliográfica sobre o panorama da história das prisões, como também do lugar destinado às mulheres negras na sociedade e nos sistemas prisionais, levando em consideração a solidão delas em virtude do abandono social. Além disso, Lima realizou entrevistas com egressas de Salvador - BA.

Devido a desigualdade de gênero existente nas entranhas da construção da sociedade, a solidão que a mulher negra carrega não deixa de existir quando adentra o espaço prisional, pelo contrário, esta solidão se maximiza. A mulher preta não arca apenas com o abandono do Estado, mas também na maior parte dos casos, são as repetitivas as histórias de mulheres privadas de liberdade que carregam a situação de abandono por parte da família. Sendo mais evidente e comum entre as mulheres, do que entre os homens (Lima, 2023. p. 16).

Em consonância a isso, a autora salienta que o modelo punitivista na sociedade visa eliminar e degradar determinadas vidas, principalmente a de pessoas negras, alinhado à necropolítica do Estado. Ela prossegue afirmando que as prisões são mecanismos para extinguir as populações que não possuem valor para a hegemonia branca, sendo essas pessoas negras, mulheres e pobres. Além disso, a partir da análise de dados estatísticos, Lima captou que a reclusão da população negra é proposital e intencional.

A pesquisadora aponta que por meio da investigação proposta em seu estudo, foi explicitado o abandono das mulheres negras na prisão, tanto pelo Estado, quanto por suas famílias. Lima constrói um caminho metodológico adentrando os aspectos que interferem negativamente na vida das mulheres negras no Brasil, como questões de raça, gênero e classe, além de afirmar que quando essas categorias interseccionais coincidem com a privação de liberdade, elas se potencializam. Ademais, ela enfatiza que o sistema carcerário não foi criado

para receber as mulheres, como também reflete que não deveria ser projetada para nenhum indivíduo.

Lima (2023) discorre sobre a falácia de maior segurança e melhoria em razão do encarceramento de mulheres, causando apenas gastos para a sociedade e Estado, além de não garantir o processo de ressocialização, fato esse que é intencional. Alinhado com o sexismo e o racismo, o Estado se aproveita da condição de subalternidade das mulheres negras, abandona e as exclui, além do fato da rede de apoio abandoná-las também, muitas vezes nem às visitando.

O percurso e a expansão do aprisionamento de mulheres negras, jovens, pobres e mães só demonstram que o sistema punitivo as penas de privação de liberdade não é e nunca foi eficaz, e a partir de então é preciso que seja realizada com urgência uma reforma nas formas de punição utilizadas na nossa sociedade, pensando a partir de uma perspectiva abolicionista, onde as prisões não apresentassem a sociedade um risco e um investimento sem retorno (Lima, 2023. p. 106).

A autora prossegue debatendo que devido a fraca política de segurança pública no país, se segue matando e excluindo da sociedade pessoas negras e pobres. Além disso, para as mulheres negras, essa violência extrapola em virtude da opressão do gênero. A autora finaliza com um pensamento de que o fim das prisões seria melhor, visto que elas cumprem um papel de reprodução do racismo institucional, para massacrar quem cumpre pena, e não foca na raiz do problema e das expressões da questão social e da questão racial.

Picolli e Tumelero (2019) também abordam sobre o encarceramento de mulheres negras em sua pesquisa, porém em um panorama mais geral, adentrando também as situações de mulheres não negras. As autoras buscaram revelar as condições e a seletividade penal de mulheres no sistema penal brasileiro. Elas discorrem que “Os dados sobre o encarceramento no Brasil tornam explícito o perfil da mulher privada de liberdade no país: em sua maioria jovem, negra, com baixa escolaridade e mãe” (p. 198).

As autoras prosseguem informando por meio do “INFOPEN Mulheres” que 62% das egressas femininas são negras, 37% brancas e o restante não brancas entre indígenas e amarelas (Picolli e Tumelero, 2019). Elas seguem pontuando também o fato de mais pessoas negras (na junção de masculino e feminino) estarem sendo encarceradas em comparação com a população branca. Também fazem uso das autoras Angela Davis e Dina Alves para tratar sobre a vivência das mulheres negras no sistema penal:

A mesma autora ainda pontua que as mulheres negras eram mais vulneráveis ao sistema judiciário, por questões relativas ao sexo. Essa deturpação do sistema de justiça criminal era opressiva para toda população saída da escravidão. Mas as mulheres eram especialmente suscetíveis aos ataques

brutais do sistema judiciário. Os abusos sexuais sofridos rotineiramente durante o período da escravidão não foram interrompidos pelo advento da emancipação. (DAVIS, 2016, p. 97).

No contexto brasileiro, Alves relata que

Considerar a vigilância ostensiva e a seletividade penal a que estão submetidas as mulheres negras é muito importante aqui porque os intérpretes da lei (sejam eles policiais, promotores, juízes, advogados, legisladores, administradores, defensores públicos e demais servidores públicos da justiça penal) reproduzem, disseminam e sustentam um regime racial de ‘produção de verdade’⁵, que favorece a produção de provas e a atuação policial voltada à ampliação do poder penal e ao encarceramento em massa de indivíduos considerados ‘suspeitos’ (ALVES, 2017, p. 108) (Picolli; Tumelero, 2019, p. 201).

Picolli e Tumelero (2019) avançam o pensamento ressaltando a maior violência penal com as mulheres negras, visto que o Estado brasileiro é dotado de características da herança colonialista, e propaga por meio de seus mecanismos penais a brutalidade do racismo. Ademais, há a seletividade penal, que é instrumento para encarcerar, excluir e punir a população negra e pobre, pois não houve e não há reparações concretas desde o período colonial para essa comunidade, então para o Estado é compensatório e intencional exercer essa política de extermínio.

Nessa perspectiva, Picolli e Tumelero (2019) argumentam que “sexo, “raça” e classe compõe a categoria mulher encarcerada” (p. 202). Elas informam que as mulheres, em especial as negras, cometem crimes majoritariamente vinculados ao tráfico de substâncias ilícitas, não contendo teor de violência. Em vista disso, explicita-se que a condição material e social dessas mulheres é marcada por negações, sejam elas de educação, trabalho, renda, fatores esses que propiciam sua iniciação no crime.

Em relação a isso, as pesquisadoras remetem essa condição de negativa às mulheres negras e exclusão do mundo do trabalho, ao exército industrial de reserva, que é uma temática bastante discutida no Serviço Social. Ao não entrarem em cargos de empregos, essa população acaba por se tornar para o Estado um acúmulo de mão de obra descartável, onde os que são considerados mais dispensáveis e perigosos ainda são condicionados ao encarceramento, logo, a população negra.

Outro ponto apontado pelas autoras, é de que no Brasil as mulheres aprisionadas desde então eram mulheres que não seguiam o padrão de mulheres da branquitude:

Historicamente, os estabelecimentos penais femininos no Brasil aprisionam mulheres que não correspondem à feminilidade branca imposta pela elite burguesa. Desde a criação de presídios exclusivamente femininos no país, a partir da promulgação do Código Penal de 1940, prende-se mulheres consideradas transgressoras da ordem moral vigente: as que desacatavam pai ou esposo, as prostitutas, lésbicas, pobres, etc., aquelas que, de certo modo, apresentavam riscos à ordem capitalista patriarcal (ANGOTTI, 2011).

Havia separação nas celas de acordo com o caráter e grupo familiar do qual a mulher provinha, mulheres consideradas de boa família não mantinham contato com mulheres consideradas transgressoras, como prostitutas e lésbicas. A intenção era reeducar essas mulheres aprisionadas para que pudessem retornar a seus lares e estarem aptas a desempenhar seus papéis de cuidadoras do lar, as solteiras eram induzidas a seguir como freiras.

As freiras administraram os presídios femininos até meados de 1980 (ANGOTTI, 2011), e isso não é uma característica exclusiva do Brasil, diversos países da América Latina passaram pelo mesmo processo. É perceptível o apelo moral do cárcere feminino em sua gênese, dotado do forte discurso conservador a partir da divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais atribuídos de acordo com o sexo (Picolli; Tumelero. 2019. p. 204).

Notoriamente a partir desse panorama, é perceptível que o Estado por meio das prisões, exerce papel de manter o status quo da branquitude, além de perpetuar a desumanização de corpos negros, principalmente o das mulheres³. Como também, garante o privilégio branco, evidenciado principalmente na ocupação de lugares na sociedade em que a população negra sequer alcança. Assim sendo, as autoras finalizam enfatizando que o encarceramento das mulheres negras é um mecanismo de seletividade penal, que auxilia na manutenção da sociedade capitalista e do poder hegemônico branco no Brasil.

Portanto, na ótica do Serviço Social, a solidão da mulher negra é analisada a partir de uma visão interseccional, tendo como eixo a raça, gênero e classe, como também por meio do materialismo histórico-dialético, para compreender os elementos que ocasionam a solidão da mulher negra no âmbito do trabalho e da privação de liberdade por meio do encarceramento. As autoras da área trazem elementos sobre as desigualdades estruturais da sociedade, da precariedade do mundo do trabalho, das barreiras de acesso às mulheres negras em suas vidas, como também da negligência do Estado para com elas, ao não fazer e não implementar políticas públicas eficazes que as abarquem. É salientada também a necropolítica do Estado para com essas mulheres, que são subordinadas a vidas precárias que as levam a cometer atos infracionais e acarretam em suas prisões, onde são esquecidas e fadadas à solidão.

Todos os aspectos das pesquisas sobre a solidão da mulher negra no Serviço Social demonstram o mecanismo do Estado e dos grupos hegemônicos que estão no controle dele, em manter o status quo de forma implícita e sutil. A solidão da mulher negra, apesar de ser debatida em menor proporção na área, é vista e materializada nas expressões da questão social, como também na questão racial e na materialização do patriarcado, tendo em mente

³Ainda que a população carcerária seja composta por cerca de 94% de homens (Poder360, 2025), indicando uma proporção significativamente menor de mulheres encarceradas, é importante salientar que essas mulheres vivenciam formas específicas de opressão, marcadas pelo sexismo e pelo patriarcado, que as atravessam de maneira distinta dos homens.

também a colonização do Brasil e as consequências nas vidas das mulheres negras até os dias atuais.

Visto a análise da solidão da mulher negra pelas áreas das Ciências Humanas e Sociais, tendo enfoque na presente pesquisa a percepção do Serviço Social, é notório que há elementos específicos e distintos nas observações feitas pelas áreas diversas. No âmbito das Ciências Humanas e Sociais é observada majoritariamente a solidão dessas mulheres em um panorama afetivo-sexual, levando em consideração os rebatimentos da construção sócio-histórica brasileira para esse pilar da vida social. Algumas obras abarcam a solidão no aspecto da saúde mental, no acesso à assistência jurídica e na representação nas mídias e nas artes.

No âmbito do Serviço Social, nota-se categorias propriamente vinculadas a base teórica-metodológica da profissão, como a localização das expressões da questão social na solidão da mulher negra, as problemáticas do mundo do trabalho, a análise da totalidade por meio do materialismo histórico-dialético, como também, a análise da questão racial e do sexismo. Sendo assim, apesar de ser um debate que está sendo realizado recentemente na academia, vem sendo feito de maneira a desvelar a solidão da mulher negra no Brasil utilizando as especificidades da área juntamente aos rebatimentos históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a solidão da mulher negra no Brasil e o modo como essa categoria vem sendo apreendida, ou não, principalmente pelo Serviço Social. Por meio de pesquisa qualitativa, com pesquisa e revisão bibliográfica, notou-se que a solidão das mulheres negras é um acontecimento permeado por múltiplas questões sócio-históricas, como a colonização, além de ser atravessada pela intersecção de raça, gênero e classe. Essa solidão da mulher negra é perpassada pela herança colonial, que propicia a hegemonia da população branca burguesa em vários âmbitos da vida social, além de ser reforçada pela lógica sexista, patriarcal e machista da sociedade brasileira, como também pelo racismo estrutural.

Foi perceptível que a solidão da mulher negra não é apenas sobre a afetividade, engloba aspectos diversos da vida social. Esse abandono materializa a subalternização e o preterimento das mulheres negras em diferentes esferas da sociedade, sendo no mercado de trabalho, na representatividade social, como também no acesso às políticas públicas. Visto isso, compreender essa solidão vai além de fatos isolados, meramente por escolhas e preferências, é enxergar a ação racista, patriarcal e excludente do Estado sobre essas mulheres, acarretando em condições precárias de vida na saúde, no emprego, na afetividade, nas prisões, nas universidades etc.

Por meio do levantamento bibliográfico feito, notou-se que a discussão sobre a solidão da mulher negra vem ganhando maior alcance nas Ciências Humanas e Sociais a partir dos anos 2000. Através de autoras que fazem parte do feminismo negro e de análises interseccionais, como Lélia Gonzalez, bell hooks, Patricia Hill Collins, Beatriz Nascimento, Cida Bento, Marcia Campos Eurico, Sueli Carneiro, Carla Akotirene, além de outras mais, deram-se importantes contribuições para o debate das intersecções entre raça, gênero e classe, evidenciando o elemento estrutural dessas opressões e seus rebatimentos nas vidas de mulheres negras, principalmente no âmbito afetivo, mas não só se resumindo a este. Essas discussões propiciaram olhar para temáticas historicamente silenciadas e ocultadas, rompendo com uma lógica da branquitude até mesmo no espaço intelectual, revelando vozes que até então não eram ouvidas e analisando o mundo e suas contradições por uma perspectiva não branca.

A partir do estudo das pesquisas selecionadas que tratassem de alguma forma da solidão da mulher negra, verificou-se que esse fenômeno está plenamente ligado à negação da humanidade e à desvalorização histórica dos corpos negros, especialmente os femininos. Essa

desvalorização é reforçada por padrões estéticos, culturais e morais hegemônicos da branquitude, que impõem à mulher negra uma condição de subalternidade, animalidade e invisibilidade. Em contrapartida, notou-se que essas mulheres desenvolvem estratégias de resistência e de fortalecimento identitário, reafirmando o valor de sua negritude e a importância de suas existências.

Para além disso, evidenciou-se que na análise interseccional da solidão da mulher negra pelas Ciências Sociais e Humanas a categoria afetiva é elementar. Nas obras encontradas, majoritariamente se deu a discussão da afetividade da mulher negra, explanando que essa categoria é perpassada pelo racismo, sexismo e questões de classe. Apesar da afetividade se apresentar como principal elemento nesse debate, questões como relações familiares, representatividade na mídia, acesso a serviços e políticas do Estado, quebra de padrões acadêmicos e de escrita hegemônicos foram apontados nas pesquisas. Outro fator imprescindível de ser citado é a carência acadêmica para adentrar temáticas LGBTQIAPN+, fato esse que é explicitado na única obra encontrada sobre a solidão da mulher negra trans e periférica, que escancara o não olhar para essas pautas e realidades.

Em relação a isso, é perceptível que dentro do Serviço Social, essa temática é debatida em menor nível. Apesar de a categoria ter avançado significativamente em sua aproximação com os debates feministas e antirracistas, há um afastamento no que diz respeito ao debate da solidão da mulher negra. A não proximidade de discussões e pesquisas mais aprofundadas nessa temática, refletem o processo histórico do Serviço Social em se reconceituar como profissão, adentrando progressivamente as demandas e óticas dos movimentos sociais. Apesar disso, nota-se por meio do conjunto CFESS/CRESS, como também de outros intelectuais do Serviço Social a tentativa de romper com uma lógica que perpetua o discurso hegemônico. Outrossim, na esfera do Serviço Social, apesar de terem sido encontrada poucas obras acerca da solidão da mulher negra, todas as obras tratavam da solidão da mulher negra para além da afetividade. A solidão da mulher negra foi localizada no mercado de trabalho, no encarceramento delas, nas expressões da questão social e na política de extermínio do Estado.

Apesar de haver a necessidade do Serviço Social se apropriar mais da temática da solidão da mulher negra, como fenômeno estrutural da sociedade racista, sexista e capitalista, é notório que a pequena quantidade de obras que trata deste assunto possui as fundamentações do Serviço Social, enxergando a totalidade e suas estruturas nos acontecimentos sociais, visando uma ruptura com a visão hegemônica acadêmica e social, para assim propiciar a defesa intransigente dos direitos sociais.

Conclui-se, assim, que a solidão da mulher negra no Brasil é um fenômeno atravessado pelas variadas dimensões da opressão e dominação racial, de gênero e capitalista, que não pode ser reduzido às relações individuais afetivas, apesar de nelas se manifestar cotidianamente. Nesse sentido, o Serviço Social, assim como as outras áreas do conhecimento, devem fazer uso da perspectiva interseccional e antirracista, buscando romper com a lógica dominante de conhecimento, a fim de contribuir para a construção de uma epistemologia pautada nas vozes e vivências das mulheres negras, para além de sua solidão e abandono.

A ampliação desse debate no âmbito do Serviço Social sinaliza não apenas um avanço teórico, mas também um compromisso ético com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a superação das desigualdades que estruturam a sociabilidade capitalista, patriarcal e racista. Sendo assim, o enfrentamento da solidão da mulher negra para além da afetividade, torna-se também uma batalha por garantia de sobrevivência e vivência dessas mulheres. Além disso, deve-se ampliar o debate sobre a solidão de mães, filhas, esposas e familiares negras que cotidianamente enterram seus entes queridos em razão da violência policial e estatal nas periferias e favelas, revelando a política de extermínio do Estado e de aniquilação em todos os âmbitos da vida social da população negra.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. *“Pequena memória para um tempo sem memória”: violências e resistências entre mulheres do Serviço Social na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985*. 2018. 176 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Acesso em: 30 out. 2025.

BENTO, Cida (Maria Aparecida da Silva). O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 152 p.

BERQUÓ, Elza. Nupcialidade da população negra no Brasil. Textos NEPO, n. 11. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1987. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_11.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, n. 17, p. 117–132, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 28 out. 2025.

CARVALHO, Monique de Souza. Serviço Social sob a perspectiva feminista: o protagonismo de Sueli Gomes Costa no campo da saúde reprodutiva. In: LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; FREITAS, Rita de Cássia Santos (orgs.). *História do gênero e dos feminismos no Serviço Social*. Revisão: Leonardo Cunha. Rio de Janeiro: Mórula, 2025. p. 93–119.

CFESS. Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, DF: CFESS, 2022. 144 p.

COLLINS, Patricia Hill. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022. 424 p.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Fernanda Rafaela Silva. Alugam-se escoras e andaimes: uma análise poética sobre afetividade e solidão de uma mulher negra. 2025. 91 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/6015>. Acesso em: 10 out. 2025.

DRUMMOND, Julia dos Santos. Casamento e mulheres negras: leis versus demandas. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-17072020-005258/>. Acesso em: 16 out. 2025.

EURICO, Márcia Campos; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; PASSOS, Rachel Gouveia; GONÇALVES, Renata (orgs.). *Antirracismos e serviço social*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2023. 160 p. (Curso “Movimentos antirracistas, marxismo e Serviço Social”, 2020).

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. - Salvador : EDUFBA, 2008.

GÓES, Weber Lopes. Racismo e eugenia na formação social brasileira. In: EURICO, Márcia Campos; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; PASSOS, Rachel Gouveia; GONÇALVES, Renata (orgs.). *Antirracismos e serviço social*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2023. p. 21–28.

GONÇALVES, Renata. Mulheres negras na gênese do Serviço Social: reflexões sobre a encruzilhada dos sistemas interligados de dominação e exploração. In: EURICO, Márcia Campos; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; PASSOS, Rachel Gouveia; GONÇALVES, Renata (orgs.). *Antirracismos e serviço social*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2023. p. 72–82.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mulheres negras são 69,9% no serviço doméstico ou de cuidados no Brasil. Brasília, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15656-mulheres-negra-s-sao-69-9-no-servico-domestico-ou-de-cuidados-no-brasil>. Acesso em: 18 set. 2025.

LIMA, Irlanne Santiago. *Abandono de mulheres negras encarceradas no Conjunto Penal Feminino de Salvador – BA e o processo de reinserção social*. 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositório.ufba.br/handle/ri/39470>. Acesso em: 17 out. 2025.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; FREITAS, Rita de Cássia Santos (orgs.). *História do gênero e dos feminismos no Serviço Social*. Revisão: Leonardo Cunha. Rio de Janeiro: Mórula, 2025. 282 p.

MEDEIROS, Luciene. Suely Souza de Almeida: da inquietude intelectual ao pioneirismo no Serviço Social para o enfrentamento da violência contra a mulher. In: LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; FREITAS, Rita de Cássia Santos (orgs.). *História do gênero e dos feminismos no Serviço Social*. Revisão: Leonardo Cunha. Rio de Janeiro: Mórula, 2025. p. 120–150.

MIZAE, T. M.; BARROZO, S. C. V.; HUNZIKER, M. H. L. Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 13, n. 38, p. 212–239, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1270>. Acesso em: 15 out. 2025.

MOREIRA, Núbia Regina. Feminismo negro: ações antirracistas no mundo contemporâneo. In: EURICO, Márcia Campos; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; PASSOS, Rachel Gouveia; GONÇALVES, Renata (orgs.). *Antirracismos e serviço social*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2023. p. 65–71.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=497209>. Acesso em: 15 set. 2025.

PASSOS, Rachel Gouveia. Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. Saúde Mental, Racismo e Serviço Social: diálogos necessários. In: EURICO, Márcia Campos; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; PASSOS, Rachel Gouveia; GONÇALVES, Renata (orgs.). Antirracismos e Serviço Social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2023. 160 p. Curso “Movimentos antirracistas, marxismo e Serviço Social”, 2020). p. 101-106.

PEREIRA, Amanda C. Ardaia; MIRANDA, Thaily França de Almeida; VITÓRIO, Leicy Lucas de Miranda. A solidão da mulher negra: a não inserção no mercado de trabalho. 2023. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/servsocial/article/view/1710>. Acesso em: 17 out. 2025.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Dengos e zangas das mulheres-moringa: vivências afetivo-sexuais de mulheres negras. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. 305 p.

PICOLLI, Ana Clara Gomes; TUMELERO, Silvana Marta. Mulheres e seletividade penal: “raça” e classe no encarceramento feminino. Temporalis (Online), v. 19, n. 38, p. 196–211, 2019. DOI: 10.22422/temporalis.2019v19n38p164-179. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24073>. Acesso em: 17 out. 2025.

PODER360. Com 850 mil pessoas, Brasil tem 3ª maior população prisional. Poder360, 6 fev. 2025. Acesso em: 8 dez. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/com-850-mil-pessoas-brasil-tem-3a-maior-p-opulacao-prisional/#:~:text=Das%20850.377%20pessoas%20no%20Sistema,todo%20s%C3%A3o%2027.375%20mulheres%20presas>.

SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos. Mulheres negras, pensamento feminista negro e os desafios contemporâneos. In: LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; FREITAS, Rita de Cássia Santos (orgs.). História do gênero e dos feminismos no Serviço Social. Revisão: Leonardo Cunha. Rio de Janeiro: Mórula, 2025. p. 74–92.

SENNA, Ariane Moreira de. A solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto)etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal. 2021. 185 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências

Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34369>. Acesso em: 12 out. 2025.

SILVA, Ana Paula Procópio. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. In: EURICO, Márcia Campos; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; PASSOS, Rachel Gouveia; GONÇALVES, Renata (orgs.). Antirracismos e serviço social. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2023. p. 29–37.

SILVA, Betânia Maria Ramos da; STAMPA, Inez. O Serviço Social no contexto da ditadura militar no Brasil. In: LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; FREITAS, Rita de Cássia Santos (orgs.). História do gênero e dos feminismos no Serviço Social. Revisão: Leonardo Cunha. Rio de Janeiro: Mórula, 2025. p. 43–73.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3915/1/Claudete%20Alves%20da%20Silva%20Souza.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

VIEIRA, Camilla Gabrielle Gomes. Experiências de solidão da mulher negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro. Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 291–311, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/22458>. Acesso em: 15 out.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro de artigos científicos encontrados

Projeto de Pesquisa: A solidão da mulher negra no Brasil

Orientadora: Anabelle Carrilho

Plano de Trabalho Individual: Análise das produções científicas com a temática sobre a solidão da mulher negra

Estudante: Jully Alves Cavalcante

Data da procura online: 17/05/2025

Palavras-chave utilizadas na busca: solidão da mulher negra, mulher negra, racismo, afetividade, interseccionalidade

Autoria da Tabela: Jully Alves

Quadro 1: Artigos Científicos *online* incluídos na Scielo, google scholar e BDTD
sobre a solidão da mulher negra

total de artigos científicos localizados e selecionados para efeitos da pesquisa = 14

Numeração	Autoras(es)	Títulos	Tipo de Análise	Ano de Publicação	Instituição	Área disciplinar	Revista/Periódico
A.1 scielo	Karoline do Nascimento Souza; Alexandre Vicente Silva; Rogério Ferreira; Tiago	“Pra nós que somos negras, tudo é mais difícil”. Cartografia de uma mulher negra	Qualitativa	2023	Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de	Saúde	Physis: Revista de Saúde Coletiva

	Braga do Espírito Santo	em sofrimento psíquico			Janeiro-RJ, Brasil.		
A.2 scielo	Cássius Guimarães Chai; Vitor Hugo Souza Moraes; Karine Sandes de Sousa; Fernanda Franklin da Costa Ramos	Interseccionalidades da escravidão contemporânea da mulher negra à luz do pensamento decolonial: trabalho, determinantes e desigualdades sociais	Qualitativa	2023	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA) / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA, SÃO LUÍS / MA-BRASIL	Direito	Cadernos EBAPE.BR
A.3 scielo	Ana Flávia Rezende; Jussara Jéssica Pereira	Kandandu: Identidade da Mulher Negra, Racismo e o Carnaval de Rua	Qualitativa	2023	Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas,	Ciências Sociais e Aplicadas	Revista de Administração Contemporânea

					Mariana, MG, Brasil.		
A.4 scielo	Gabriela M. Kyrillos; Joana Stelzer;	Uma análise interseccional de gênero e raça sobre as medidas adotadas em prol da eficácia da CEDAW no Brasil	Qualitativ a	2021	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) , Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU	Direito	Cadernos Pagu
A.5 scielo	Fabiano Veliq;Paula Magalhães	A colonização é aqui e agora: elementos de presentificação do racismo	Qualitativ o	2022	Universidade Estadual Paulista, Departament o de Filosofia	Filosofia	Trans/Form/Ação
A.6 google acadêmico	Táhcita Medrado Mizael;Sarah Carolinne Vasconcelos Barrozo;Maria Helena Leite Hunziker	Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura	Qualitativ o	2023	Universidade de São Paulo (USP)	Psicologia	Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As

A.7 google acadêmico	Monalisa Pereira Santos; Julio Cesar de Sá da Rocha; Carolina Bessa Ferreira de Oliveira	Lei de drogas e encarceramento feminino negro	Qualitativo	2020	UFBA	Direito	Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação
A.8 google acadêmico	Inaê Elias do Nascimento ; Sara Hussein Garcia de Figueiredo	Ser mãe, ser negra: interseções entre racismo materno, violências e sofrimento psíquico em uma revisão bibliográfica	Qualitativo	2025	Escola de Saúde Pública do Distrito Federal	Psicologia	Revista Caribeña De Ciencias Sociales
A.9 Katallysis	Ana Vitória de Sousa Silva; Elaine Nascimento	(Re) existências piauienses de feministas negras no caso Renata Costa	Qualitativo	2023	Universidade Federal do Piauí, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Teresina, PI, Brasil	Serviço Social	Revista Katallysis

A.10 Temporalis	Andréa Pires Rocha	Assistente social Maria de Lourdes Nascimento: antirracismo e defesa da infância em 1940-1950	Qualitativ o	2022	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Serviço Social	Revista Temporalis
A.11 Temporalis	Ana Clara Gomes Picolli; Silvana Marta Tumelero	Mulheres e seletividade penal: “raça” e classe no encarceramento feminino	Qualitativ o	2019	Universidade Federal do Paraná - UFPR	Serviço Social	Revista Temporalis
A.12 Cadernos Pagu	Petrônio Domingues	Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil	Qualitativ o	2016	Universidade Estadual de Campinas	Estudo de gênero	Cadernos Pagu
A.13	Camilla Gabrielle Gomes Vieira	Experiências de solidão da mulher negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro	Qualitativ o	2021	PUC Minas	Psicologia	Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas

A.14	Amanda C. Ardaia Pereira;Thailly França de Almeida Miranda; Leicy Lucas de Miranda Vitória	A solidão da mulher negra: a não inserção no mercado de trabalho	Qualitativo	2021	Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG	Serviço Social	

APÊNDICE B – Quadro de dissertações encontradas

Projeto de Pesquisa: A solidão da mulher negra no Brasil

Orientadora: Anabelle Carrilho

Plano de Trabalho Individual: Análise das produções científicas com a temática sobre a solidão da mulher negra

Estudante: Jully Alves Cavalcante

Data da procura online: 20/05/2025

Palavras-chave utilizadas na busca: solidão da mulher negra, mulher negra, racismo, afetividade, interseccionalidade

Autoria da Tabela: Jully Alves

Quadro 1: Dissertações *online* incluídas na Scielo, google scholar e BDTD
sobre a solidão da mulher negra

total de dissertações selecionadas para efeitos da pesquisa = 14

Numeração	Autoras(es)	Títulos	Tipo de Análise	Ano de Publicação	Instituição	Área disciplinar
D.1 bdttd.ibict	Souza, Claudete Alves da Silva	A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo	Qualitativa	2008	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Ciências Sociais

D.2	Julia dos Santos Drummond	Casamento e mulheres negras: leis versus demandas	Empírica	2019	USP	Direito
D.3	Fernanda Rafaela Silva Costa	Alugam-se escoras e andaimes: uma análise poética sobre afetividade e solidão de uma mulher negra	Qualitativa	2025	Universidade Federal do Maranhão	Artes Cênicas
D.4	Liliane Cristina Martins	A violência e o feminicídio tem cor : diálogos com o movimento de mulheres negras	Qualitativa	2022	Universidade Federal de Minas Gerais	Psicologia Social
D.5	Borges, Cláudia Beatriz Pio	Ana dos Santos e Bell Puã: literatura negro brasileira feminina, a poesia que nasce na voz	Qualitativa	2024	Universidade Federal do Rio Grande	Letras
D.6	TAIANE ALVES DE LIMA	“Mãe solo é mãe sozinha”: tecendo vivências de mães negras em fortaleza- ce e região metropolitana	Etnográfica	2021	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Antropologia
D.7	Monique Ferreira	Dororidade e maternidades negras: uma pesquisa sobre mães negras no bairro jardim catarina (são gonçalo- rj)	Qualitativa	2024	Universidade Federal Fluminense	Sociologia

D.8	Senna, Ariane Moreira de	A Solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal	Qualitativa	2021	Universidade Federal da Bahia	Ciências Humanas e Sociais
D.9	Patricia Santos Santana	Da ficção à periferia de Salvador: uma leitura dos processos educativos que reforçam a dominação e sexonegação de mulheres negras	Qualitativa	2024	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	Educação
D.10	Nogueira, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos	A cor das empregadas: desigualdades de gênero, raça e classe no cotidiano do trabalho doméstico remunerado do Rio de Janeiro.	Qualitativa/ Quantitativ a	2019	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Ciências Sociais
D.11	Carvalho, Patrícia Oliveira de	Insubmissos relatos de mulheres negras: violências raciais em contexto de violência doméstica e familiar e seus desdobramentos judiciais	Qualitativo	2023	Universidade de São Paulo (USP)	Direito

D.12	Lima, Irlanne Santiago	Abandono de mulheres negras encarceradas no conjunto penal feminino de Salvador-BA e o processo de reinserção social	Qualitativa	2023	Universidade Federal da Bahia	Serviço Social
D.13	Miranda, Débora Brasil	Tecendo o futuro : vivências de mulheres negras numa perspectiva intergeracional e familiar	Qualitativa	2015	Universidade de Brasília	CEAM - Direitos Humanos e Cidadania
D.14	Rodrigues, Gislene Araújo	Assistência social e mulheres negras : um estudo pela perspectiva decolonial e interseccional sobre os atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica no CREAS	Qualitativa	2022	Universidade de Brasília	Serviço Social

APÊNDICE C – Quadro de teses encontradas

Projeto de Pesquisa: A solidão da mulher negra no Brasil

Orientadora: Anabelle Carrilho

Plano de Trabalho Individual: Análise das produções científicas com a temática sobre a solidão da mulher negra

Estudante: Jully Alves Cavalcante

Data da procura online: 18/05/2025

Palavras-chave utilizadas na busca: solidão da mulher negra, mulher negra, racismo, afetividade, interseccionalidade

Autoria da Tabela: Jully Alves

Quadro 1: Teses *online* incluídas na Scielo, google scholar e BDTD
sobre a solidão da mulher negra
total de teses selecionadas para efeitos da pesquisa = 5

Numeração	Autoras(es)	Títulos	Tipo de Análise	Ano de Publicação	Instituição	Área disciplinar
T.1 bdtd.ibict	Ana Claudia Lemos Pacheco	Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar : escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia	Qualitativa	2008	Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Filosofia e Ciências Humanas

T.2 bdtd.ibict	Lessa, Luciana Falcão	O que o racismo fez com você? processos de resistência e descolonização de mulheres integrantes da rede de mulheres negras da bahia	Qualitativa	2020	Universidade Federal da Bahia	Filosofia e Ciências Humanas
T.3	MEG HELOISE BOMFIM DA SILVA	A poética interseccional de lívia natália	Qualitativa	2024	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Letras
T.4	PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto	Dengos e zangas das mulheres-moringa : vivências afetivo-sexuais de mulheres negras	Qualitativa	2019	Universidade de Brasília	Sociologia
T.5	Nascimento, Renata Melo Barbosa do	Racismo, sexismo e interseccionalidad es : representações de mulheres negras nas adaptações cinematográficas da literatura de	Qualitativa	2021	Universidade de Brasília	História

		Jorge Amado por Nelson Pereira dos Santos (1977-1987)				
--	--	--	--	--	--	--